



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE RIO VERDE – 1970 /2012

PAULO CESAR BORGES XAVIER

GOIÂNIA
2013



PAULO CESAR BORGES XAVIER

A EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE RIO VERDE – 1970 /2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra Deusa Maria Rodrigues Boaventura

GOIÂNIA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada em 19 de novembro de 2013 pela Banca Examinadora
constituída pelos professores:

Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura
Presidente da banca (Orientadora) MDPT/PUC GOIÁS

Prof. Dr. Antônio Pasqualetto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás MDPT/PUC GOIÁS

Profa. Dra. Lúcia Maria Moraes
Universidade Estadual de Goiás - UEG

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe Olmira Borges Xavier (in memoriam), motivo maior para eu estar aqui. Minha mãe, meu sol, minha referência para sempre.

À minha esposa Eliane e às filhas Lívia, Letícia e Gabriela, pelo incentivo diário às minhas decisões de buscar avançar um pouco mais, na conquista do conhecimento, e ao primeiro neto (Guto) a caminho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, Pai misericordioso e Bom.

À Professora Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura, pelas orientações, incentivos e confiança, respeitando as minhas limitações e sabendo me conduzir durante o transcurso desta dissertação. Por ter sempre uma palavra de incentivo e encorajamento, em todos os encontros das orientações realizadas nesta rica experiência.

À minha irmã Wanda Borges Xavier, pela contribuição na correção do texto, - inúmeras vezes fazendo-o nas horas de seu repouso, pelos incentivos constantes, demonstrando sua confiança na minha capacidade de concluir de forma exitosa mais este importante desafio.

À minha filha Letícia Borges da Costa, pela contribuição na confecção das tabelas, e formatação deste.

Aos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e estagiários de meu escritório, Gustavo Carlos Silva Matos e Rodolpho Carlos Silva Matos, por contribuírem na execução dos desenhos dos mapas.

Aos colegas de turma do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, pelas lutas travadas em equipe e pelo sentimento de companheirismo e amizade criados durante o período do curso.

Aos professores de todas as disciplinas do Mestrado, e de forma especial ao professor Dr. Aristides Moisés – ex-diretor do MDPT - pelas contribuições com fornecimento de materiais – textos - e pela presteza com que sempre me atendeu.

Ao Professor Dr. Ycarim Melgaço, convidado a participar de minha banca de qualificação, pelo esforço que fez em contribuir demonstrando interesse e apreço pelo meu trabalho, só não vindo a participar da banca por motivos particulares que chocavam com as datas e horários estabelecidos para a qualificação.

Ao Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial Dr. Antônio Pasqualetto, pelas relevantes contribuições dadas na banca de qualificação e pelas orientações sobre as questões administrativas fazendo com que ocorresse a qualificação.

À professora Dra. Lúcia Maria Moraes, por participar da banca de qualificação como convidada, principalmente pelas contribuições decisivas e enriquecedoras à dissertação, e também pela forma carinhosa com que sempre me tratou, desde a graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Ao Sr. Ageu Pedro da Silva, antigo morador da cidade, contribuindo com seus relatos sobre a sua vida desde sua mudança em 1962 para a sua querida Rio Verde.

Ao fiscal aposentado e escritor memorialista Filadelfo Borges de Lima, natural de Jataí e morador em Rio Verde desde 1959, pelas narrativas a cerca da trajetória da cidade, e forma de agir dos seus filhos mais ilustres, fossem esses políticos ou não.

Ao Sr. Fernando Araújo, proprietário do hotel Bons Tempos, gaúcho e morador na cidade desde 1979. Acompanhou o crescimento de Rio Verde no período áureo, ou seja, o que ocorreu sua explosão urbana.

À secretária Luiza do MDPT pelas orientações e colaboração sobre a tramitação e entrega de documentos, estando sempre a postos, colocando-se à disposição para auxiliar, orientando-me na requisição de equipamentos técnicos contribuindo para que não houvesse contratempo e fossem realizadas as bancas de qualificação e da defesa da dissertação.

HOMENAGEM

À colega de Mestrado Nara Rúbia Galvão (*in memoriam*), que nos deixou prematuramente, durante o último período do curso, dando-nos um grande susto.

Deus com certeza a convocou para que colaborasse com ELE atuando em outras atividades mais importantes que as quais ela vinha desenvolvendo aqui junto a nós.

RESUMO

A pesquisa tem como foco principal a investigação das alterações ocorridas na parte urbana do município de Rio Verde, advindas da implantação do agronegócio, transformando a cidade num polo de desenvolvimento regional dos mais importantes do país, situação ocorrida a partir da década de 1970. Rio Verde em 2011 alcançou o quarto lugar em arrecadação de impostos, sendo um dos maiores exportadores de *commodities* de Goiás, é o principal município do Sudoeste goiano e um dos municípios de maior destaque no cenário nacional devido ao agronegócio, tendo se destacado nesse ano (2011) como a cidade que mais contribuiu com o PIB brasileiro, devido às áreas de plantio de soja e milho, e aos criadouros de suínos, frangos, etc. O município ao longo dos últimos quarenta anos contou com inúmeros projetos e situações favoráveis para atingir o patamar atual, podendo ser destacados quatro agentes mais importantes: 1- a mudança de americanos agricultores, criando uma colônia, no final da década de 1960; 2- o projeto POLOCENTRO; 3- a criação da COMIGO; 4- a instalação de uma fábrica da Perdigão para o município, que fez surgir cerca de 250 novos negócios ao seu redor. Nesta pesquisa buscou-se mostrar o quanto o agronegócio influenciou na expansão e transformação urbana da cidade. Para demonstrar os recursos para se chegar a realidade de agora esta pesquisa foi composta assim: fazer uma leitura e um breve relato da sua trajetória histórica, apresentando os estágios pelos quais o município passou até atingir a condição de cidade; observar como foi se formando o espaço urbano com suas devidas transformações até a explosão da expansão urbana da cidade a partir dos anos 1970. Com isso tentou-se responder a pergunta: o que aconteceu no município foi desenvolvimento ou crescimento?

PALAVRAS – CHAVE: Rio Verde; agronegócio; transformações urbanas; expansão urbana.

ABSTRACT

The research is mainly focused on the investigation of changes in the urban part of the municipality of Rio Verde , arising from the implementation of agribusiness , transforming the city into a center for regional development of the most important in the country , a situation that occurred from the 1970s . Rio Verde in 2011 reached the fourth place in the collection of taxes , the main city of Goiás Southwest and one of the municipalities of greater prominence on the national scene due to agribusiness , having excelled in that year (2011) as the city that contributed most to the Brazilian GDP due to areas of planting soybeans and corn , and breeding pigs , chickens , etc. . The municipality over the last forty years had numerous projects and favorable situations to achieve the current level , which can be highlighted four key players : 1 - changing American farmers , creating a colony in the late 1960s , 2 - POLOCENTRO the project ; 3 - the creation of ME ; 4 - the installation of a plant for the city of Perdigo , who has about 250 new businesses emerge around them . In this research we tried to show how much influence the expansion of agribusiness and urban transformation of the city . To demonstrate the features to get the reality of now this research was composed as follows: a reading and a brief account of its historical trajectory , showing the stages through which the council passed until the condition of the city , was noted as forming the urban space with their transformations due to the explosion of urban expansion of the city from the 1970s . Thus we attempted to answer the question : what happened in the city was the development or growth?

KEY - WORDS : Rio Verde , agribusiness , urban transformation , urban expansion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa das províncias brasileiras - 1822	26
Figura 2. Mapa da Província de Goyaz – século XIX	27
Figura 3. Vista parcial de Rio Verde, principal característica a horizontalidade	34
Figura 4. Ed. Sicoob Credi-Rural, localizado na Av. Presidente Vargas	35
Figura 5. Vista parcial da Av. Presidente Vargas – Agência do Banco do Brasil e Shopping Rio Verde	35
Figura 6. Ed. Vapt-Vupt, localizado na Av. Presidente Vargas	36
Figura 7. Vista parcial da Av. Presidente Vargas. Acesso principal Shopping Rio Verde ..	36
Figura 8. Vista parcial da Av. Presidente Vargas. Comércio diversificado.....	37
Figura 9. Vista parcial da Av. Presidente Vargas. Comércio diversificado – revenda de tratores	37
Figura 10. Vista parcial da Av. Presidente Vargas. Prefeitura municipal de Rio Verde.....	38
Figura 11. Vista parcial da Av. Presidente Vargas. Comércio diversificado – revenda de veículos	38
Figura 12. Mapa do fatiamento do município de Rio Verde no Estado de Goiás.....	52
Figura 13. Mapa do Estado de Goiás. Municípios limítrofes de Rio Verde.....	53
Figura 14. Mapa do Estado de Goiás. Destaque região Sudoeste e município de R. Verde	53
Figura 15. Mapa do município de Rio Verde na época de sua criação.....	55
Figura 16. Edifício da Fundação de Cultura e Sede da Academia Rio-Verdense de Letras, Artes e Ofícios	57
Figura 17. Mapa da cidade de Rio Verde na primeira década do século XX.....	58
Figura 18. Edificação centenária situada à Praça São Sebastião – Centro	59
Figura 19. Edificação situada à Praça São Sebastião – Centro. Casarão remanescente da cidade no século XIX.....	60
Figura 20. Sobrado onde funcionou a intendência municipal e funciona atualmente (2013) o Centro livre de Artes do município	61
Figura 21. Igreja da matriz – Praça São Sebastião, Centro – local onde surgiu a cidade	62
Figura 22. Plantação de soja	68
Figura 23. Colheita de soja	70
Figura 24. Vista aérea da Cooperativa COMIGO em Rio Verde	72

Figura 25. Vista aérea da feira TecnoShow realizada anualmente no mês de abril	73
Figura 26. Sede Administrativa da COMIGO – situada à Av. Presidente Vargas c/ Rua 14 – Centro de Rio Verde	75
Figura 27. Vista aérea da Indústria da PERDIGÃO em Rio Verde	77
Figura 28. Gráfico do aumento demográfico brasileiro	82
Figura 29. Mapa de Rio Verde 1911.....	84
Figura 30. Sobrado onde funcionou a intendência municipal.....	85
Figura 31. Mapa de Rio Verde 1940 – equipamentos urbanos	86
Figura 32. Mapa de Rio Verde 1940	87
Figura 33. Mapa de Rio Verde 1960	89
Figura 34. Mapa de Rio Verde 1970	91
Figura 35. Mapa de Rio Verde 1980	94
Figura 36. Vista aérea de Rio Verde – década de 1990 – Predominância de edificações térreas	95
Figura 37. Mapa de Rio Verde 1990	96
Figura 38. Vista aérea parcial de Rio Verde	97
Figura 39. Vista aérea parcial de Rio Verde	98
Figura 40. Vista aérea parcial da cidade – período noturno	98
Figura 41. Fotografia aérea Google Earth – pequena verticalização	99
Figura 42. Mapa de Rio Verde 2000	101
Figura 43. Fotografia aérea Google Earth – Bairros periféricos	103
Figura 44. Mapa de Rio Verde 2010	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quadro do aumento da população brasileira	29
Tabela 2. Tipos de atividades desenvolvidas no município.....	39
Tabela 3. Avanço da população nas cidades até a década de 1980.....	43
Tabela 4. Tabela comparativa do PIB em Rio Verde	67
Tabela 5. Evolução do número de visitantes e expositores da TCNOSHOW COMIGO 74 2002 a 2010.....	74
Tabela 6. Tabela comparativa do Rendimento médio/ salário mínimo	80
Tabela 7. Tabela de arrecadação do ICMS no município de Rio Verde	81
Tabela 8. Tabela de arrecadação de impostos municipais	81
Tabela 9. Informações gerais acerca de aspectos Demográficos - tabela ano 2000	82
Tabela 10. Tabela do aumento da população de Rio Verde	100

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

COHAB – Companhia Habitacional

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

COMIGO – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Goianos

CTC – Centro Tecnológico Comigo

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DIMPE – Distrito Industrial Municipal de Pequenas Empresas

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária

EMGOPA - Empresa Goiana de pesquisa Agropecuária

FESURV – Fundação do Ensino Superior de Rio Verde

FCO – Fundo Centro – Oeste

FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ISS – Imposto Sobre Serviços

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

INED – Instituto francês de Estudos Demográficos

IPEAGO - Instituto de Pesquisas Agropecuárias de Goiás

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LOBOGEF – Laboratório de Geologia e Geografia Física da Universidade Federal De Goiás

MDPT – Mestrado em Planejamento e desenvolvimento Territorial

ONU – Organizações das nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Políticas Nacionais de Desenvolvimento

PNDU – Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROCAL - Programa Nacional de Calcário Agrícola

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para investimentos na infraestrutura

PRONAZEM – Programa Nacional de Armazenagem

PUC GOIÁS – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização Educacional e Cultural das Nações Unidas

UNICAMP – Universidade estadual de Campinas

SEPIN/SEPLAN – Secretaria do planejamento do estado de Goiás

SUDOEXPO – Exposição do Sudoeste – Feira da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE EXPANSÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.	23
1.1 - O nascimento das cidades brasileiras	23
1.2 - A formação do Espaço urbano.....	30
1.2.1 - Os agentes do Espaço Urbano	40
1.3 – O crescimento das cidades	42
CAPÍTULO 2 – A REGIÃO SUDOESTE E O MUNICÍPIO DE RIO VERDE.....	46
2.1- Goiás e a Região Sudoeste.....	46
2.1.1– O cenário político de 1930 e o Sudoeste Goiano	48
2.2 - O município de Rio Verde.....	51
2.3- A revolução verde e os agentes transformadores de Rio Verde.....	64
2.3.1- O projeto Polocentro.....	68
2.3.2- Cooperativa COMIGO	71
2.3.3 - A indústria Perdigão	76
CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO URBANA DE RIO VERDE.....	80
3.1- O novo eldorado	80
3.2- O aumento demográfico do Brasil.....	82
3.3 - A expansão urbana ao longo do tempo.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110

ANEXO 1 114

ANEXO 2 116

INTRODUÇÃO

Desde a sua criação em 1842 até os primeiros anos da década de 1970, Rio Verde possuía o mesmo ritmo das diversas pequenas cidades do interior do Brasil, um ritmo vagaroso, sem nenhum atrativo digno de nota, que alterasse a sua rotina, vivendo de uma economia basicamente voltada para a pecuária, já que a lavoura de subsistência sequer era considerada como economia de relevância. Essa situação só foi alterada com a chegada e consolidação do agronegócio. Nessa nova condição, a cidade passou a um novo estágio, deixando de ser a cidade pacata do interior, passando a ter uma vida acelerada, e a partir de então, vindo a contar com os problemas das cidades grandes.

A sequente “onda de progresso” na qual adentrou Rio Verde se deu em consequência de programa surgido em nível mundial denominado “Revolução Verde”. Esse programa foi financiado pelo grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque, que utilizava do discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo. Através desse programa o grupo expandiu o seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México. O grupo patrocinou projetos em determinados países criteriosamente selecionados, as nações escolhidas foram: México, Filipinas, Estados Unidos, e, em menores proporções, o Brasil.

A Revolução Verde proporcionou a criação de tecnologias para atingir maior eficiência na produção agrícola, aumentando significativamente a produção de alimentos. No Brasil, na década de 1980, houve uma sucessão de quebra de recordes das safras ano após ano, entretanto, à fome mundial não foi solucionada, desbancando o discurso humanitário de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome nos países em desenvolvimento, classificados de países do terceiro mundo.

A modernização no campo alterou a estrutura agrária. Grande parte dos pequenos produtores não conseguiu se adaptar às novas técnicas de produção, não atingiram produtividade suficiente para competir com grandes empresas agrícolas e se endividaram com empréstimos bancários solicitados para a mecanização das atividades, tendo como única forma de pagamento a venda da propriedade para outros produtores. Além do mais havia crédito em abundância para a monocultura de milho, soja, e com o plantio para as grandes áreas, como os pequenos agricultores não conseguiam esses empréstimos, restava arrendar ou

vender as terras e mudar com a família para as cidades. Essa situação levou graves problemas aos centros urbanos.

A implantação do agronegócio no Sudoeste goiano influenciou decisivamente nas transformações da parte urbana da cidade. A grande quantidade de recursos financeiros injetada no município alimentou uma cadeia financeira que beneficiou Rio Verde em todas as atividades econômicas ali desenvolvidas. Um grande número de novas empresas foram criadas e/ou mudaram para a cidade, diversificando o comércio, aumentando o número de agências bancárias, fortalecendo e ampliando a rede hoteleira. Outro fator digno de nota para a vida econômica da cidade é a feira do agronegócio – TECNOSHOW – criada e realizada anualmente pela COMIGO. A feira é um evento voltado para o homem do campo, e vem crescendo a cada ano no número de participantes e de expositores. Neste evento são comercializados máquinas e equipamentos agropecuários, implementos agrícolas, animais de várias espécies, e são também ministradas palestras técnicas e econômicas. A feira TECNOSHOW é considerada a grande feira de tecnologia rural do Centro-Oeste brasileiro, sendo realizada a mais de dez anos, no mês de abril.

Outro evento importante realizado a cada dois anos é a SUDOEXPO, uma feira bienal voltada à indústria, comércio e prestação de serviços. A última feira (13ª. Edição) foi realizada no mês de setembro entre os dias 12 e 15 do ano de 2012.

A presença destes novos componentes voltados ao setor econômico somado ao grande fluxo de pessoas que passaram a ver em Rio Verde uma oportunidade de melhorar as condições de vida fez naturalmente que a cidade criasse mecanismos para acomodá-los. A princípio os imóveis que haviam para a locação (aluguéis) eram em pequeno número e devido à pouca oferta e a grande procura, criou-se neste setor uma grande especulação com os valores de imóveis chegando a cifras irrealistas. Novos loteamentos foram surgindo, introduzindo na parte urbana grandes vazios para a especulação imobiliária – uma característica dos anos 1970 – multiplicando o valor da terra, aumentando cada vez mais o lucro do setor imobiliário, e com isso, modificando o cenário urbano. Nas décadas seguintes houve a ocupação destes vazios e semelhante a uma raiz a cidade foi se “lançando e se esparramando” em todas as direções.

Desde a sua emancipação Rio Verde mostra um traçado bem racional. Semelhante às cidades do período colonial a cidade nasceu em torno das instituições governamentais e religiosas (Prefeitura, cadeia, igreja), e, após a chegada do agronegócio os novos bairros lançados foram planejados (após a década de 1970) tirando partido da principal característica

de seu solo praticamente plano com o relevo pouco inclinado – cerca de 5% - e que a faz ter as mesmas características da maioria das cidades de Goiás, a da horizontalidade.

A cidade tem se destacado das demais cidades da região Sudoeste a ponto de ser considerada a mais importante da região, classificada por muitos como a “capital do Sudoeste”.

O município atingiu a posição de destaque como pólo de desenvolvimento regional, devido à sua posição geográfica privilegiada, que permite a ligação da cidade –por meio de rodovias - a todas as regiões do Brasil, o que permite o escoamento da produção, e à implantação do agronegócio. Fatores que a transformaram num dos mais importantes exportadores de *commodities* do Estado de Goiás. Para o escritor Filadelfo¹ Rio Verde ocupa uma posição que poderia pertencer à cidade de Jataí, a proximidade de cem quilômetros a menos da capital fez muita diferença nessa situação a favor de Rio Verde.

Para atingir o estágio atual, o de polo de desenvolvimento regional, além de sua localização geográfica, também contou com outros fatores e teve vários agentes, como os diversos programas e incentivos governamentais, podendo ser destacados quatro, considerados principais: 1) A criação de uma colônia agrícola de americanos menonitas que se instalou no município no final da década de 1960 no ano de 1969; 2) A liberação do cerrado para o plantio, através do projeto POLOCENTRO; 3) A criação da cooperativa COMIGO; 4) A instalação de uma indústria da PERDIGÃO.

No final da década de 1980, Rio Verde – em franca expansão - foi divulgada para o país em programas da grande imprensa que “afirmava ser a cidade um novo eldorado”- principalmente os programas “Globo Repórter” e “Pequenas empresas, grandes negócios”, da rede Globo de televisão. Esses programas televisivos ao invés de divulgar a cidade positivamente, trouxeram transtornos. Para o prefeito da época, a Prefeitura teve de custear várias passagens de volta dos imigrantes que não tinham qualificação e chegavam sem dinheiro para voltarem aos seus locais de origem, gerando gastos ao município. Muitos desses imigrantes passaram a morar na rua, criando na cidade um enorme problema social, que só tem ampliado com o passar dos anos. Segundo relatos dessa época – década 1980 - só em um ano a cidade chegou a ter que acomodar cerca de 20.000 novos habitantes. Este fato exigiu a realização de várias interferências na paisagem urbana, além de precisar atender a estes novos

¹ Filadelfo Borges de Lima, escritor memorialista natural de Jataí, residente em Rio Verde desde 1959. Declaração feita em entrevista ao autor desta dissertação.

moradores nas funções mais elementares e primárias como moradia, trabalho, lazer, impossibilitando a cidade de manter e oferecer a mesma qualidade de vida de antes.

Grande parte dos moradores, os pioneiros do agronegócio, veio da região Sul do País, principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, e trouxeram seus hábitos e costumes, alterando os costumes locais. Uma feira de tradições gaúcha foi instalada permanentemente no município, porém diferente de outros locais onde é muito comum notar cidadãos oriundos da cidade tomando chimarrão, em Rio Verde este fenômeno não se deu.

Outro grupo de imigrantes que se destacou na cidade é a de pessoas nordestinas. Segundo Ramos (2013) os nordestinos foram importantes, pois assumiram os serviços pesados que não exigiam qualificação, que não eram assumidos pelos goianos moradores da cidade. Mesmo sofrendo discriminação dos goianos, eles vivem praticamente em núcleos que só têm nordestinos, e se encontram em bares cujos proprietários também são nordestinos. A grande maioria diz que sonha voltar para os seus locais de origem, à medida que conseguirem melhorar de vida e tiverem algum dinheiro para a realização deste sonho.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo da fundação do município de Rio Verde, com ênfase na expansão urbana ocorrida, principalmente, nas quatro últimas décadas do século XX, e na primeira década do século XXI.

Para a realização desta pesquisa utilizou-se de levantamentos sobre as legislações da época (federal e provincial) que determinaram a implantação do município, e as demais leis que ao longo do tempo foram aprovando as diversas etapas pelas quais passaram o município até alcançar a condição de cidade. Foi realizada também uma leitura na parte urbana do município, utilizando dos seguintes instrumentos: pesquisas de campo, croquis, fotografias, fotografias de satélite – Google Earth -, mapas, bem como, livros de caráter histórico da cidade.

A pesquisa se apoiou nos teóricos nacionais que trabalham o espaço urbano, como os geógrafos Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos. Estes autores demonstram que o espaço urbano é um lugar de conflitos devido aos inúmeros interesses dos diversos setores da sociedade, e também, é um espaço que está sempre em construção, passando por constantes mudanças na busca de dinamizar as atividades da maioria dos moradores/usuários das cidades. Também se utilizou dos trabalhos de Onaldo Campos e Oscar Cunha Neto, escritores historiadores da região com a intenção de compreender a formação do município e as alterações pelos quais passou Rio Verde desde a criação até a sua consolidação como cidade.

A dissertação também se apoiou nas obras de Nestor Goulart Reis Filho onde o autor faz um relato histórico do urbanismo da arquitetura realizada no Brasil desde o descobrimento

até o período colonial, período que iria influenciar a criação de novos núcleos urbanos no país.

A pesquisa se apoiou também nas obras dos escritores goianos (professores da PUC Goiás) Luiz Estevam: O tempo da transformação, onde o autor faz um relato cronológico e histórico do Estado de Goiás, enfatizando a radical mudança em sua economia que era totalmente diferente dos demais estados da confederação; Lúcia Moraes através da obra A segregação planejada, onde a autora faz um relato sobre o progresso alcançado pela região Centro-Oeste após a fundação de Goiânia, Brasília e posteriormente Palmas. E por fim, Aristides Moysés através das obras Goiânia metrópole não planejada e Cidade: segregação urbana e planejamento, na primeira obra faz uma reflexão sobre o papel da cidade enquanto espaço de desenvolvimento social, e demonstra as lutas da camada mais pobre da sociedade para a regularização de loteamentos periféricos surgidos através de invasões na região norte e noroeste da cidade de Goiânia. Na segunda obra o autor insere vários textos trabalhados no seminário “Metrópoles, desigualdades sociais e governança urbana” realizado em Goiânia no ano de 2003, no período de 06 a 08 de maio.

Para a realização desta pesquisa foi feito o contato com a cidade em questão e além de uma busca bibliográfica o autor realizou uma, por isso o acadêmico conversou com pessoas que viveram as mudanças ocorridas no cenário, registrando os avanços do progresso.

Nos três capítulos que compõem esta dissertação ficou proposto:

No primeiro capítulo, O processo de expansão das cidades brasileiras e a formação do espaço urbano, no qual apresenta uma abordagem sobre a formação e o crescimento das cidades brasileiras, mostrando a atuação dos agentes promotores ou geradores do espaço urbano segundo a visão dos estudiosos do assunto. É uma linha histórica, em que aparecem algumas cidades com destaque da Província de Goiás desde os meados do século XVIII, onde a estrutura das cidades é com uma área central e bairros, ou seja, a periferia. Rio Verde segue essa linha de organização e contou com recursos governamentais para o avanço econômico e se liga a todas as regiões do Brasil, via rodovias.

No segundo capítulo, A região Sudoeste e o município de Rio Verde onde o acadêmico realiza uma abordagem da região Sudoeste de Goiás e o município de Rio Verde, num relato cronológico da trajetória percorrida pelo município, mostrando o seu nascimento, os estágios pelos quais foi passando até atingir a condição de cidade, e em seguida a chegada do agronegócio, e por enfim, o atual estágio em que a cidade se encontra tendo consolidado o agronegócio, tornando-a a mais importante da região, a ponto de muitos a classificarem como a “capital do Sudoeste de Goiás”.

No terceiro capítulo o trabalho faz a abordagem sobre a expansão urbana, o foco principal desta pesquisa, demonstrando o quanto a cidade de Rio Verde expandiu avançando em todas as direções. Demonstra através de uma análise cronológica utilizando-se principalmente de mapas de cada década, de fotografias e tabelas, o crescimento ocorrido da cidade com a influência direta do capital.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE EXPANSÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

1.1 - O nascimento das cidades brasileiras

“A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história.”
(LEFEBVRE 1997, p.47)

A cidade para se configurar nos moldes dos dias atuais, demorou vários séculos. O homem vivia nas cidades há milhares de anos. Os mais antigos estudos sobre o espaço urbano remontam à Grécia antiga, onde o modelo de cidade continha vários edifícios públicos posicionados ao largo de um grande espaço vazio – o ágora. Hoje, a cidade se transformou em objeto de estudo para os profissionais dos mais diversos setores. Arquitetos, urbanistas, administradores, geógrafos, historiadores, arqueólogos, cientistas sociais, psicólogos e até mesmo psiquiatras, buscam neste objeto respostas para os problemas urbanos e para os conflitos psicológicos da vida atual.

Para Carlos (1982), a cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto que o campo põe em evidência o fato oposto, o isolamento e a dispersão.

Santos (1996, p. 17) considera que “no começo, a cidade, no Brasil, era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. E a sua evolução foi dependendo da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano das cidades brasileiras, importado da Europa foi sendo modificado.

Para Goulart (1994), as construções dos espaços urbanos em terras brasileiras só se dariam a partir de 1549, quando a Coroa portuguesa decidiu fundar uma cidade na capitania da Bahia, que havia sido perdida pelo donatário², e nela instalar um Governo Geral para o Brasil, com farto apoio militar, agrícola e mercantil. Mais tarde em 1567, com iniciativa semelhante foi fundada a cidade do Rio de Janeiro para o controle da costa sul do Brasil, depois da expulsão dos franceses, que já haviam se instalado no local. O controle de toda a costa do território, que, hoje, corresponde ao Brasil se completou apenas no início do século XVII, com a fundação de São Luiz no Maranhão em 1612, e de Belém em 1616, na entrada do Rio Amazonas.

² Donatário era título que na organização colonial portuguesa, e era dado à pessoa a quem era concedido um determinado território.

Os núcleos urbanos antecederam ao campo, porém neste período a vida ativa da colônia se dava no meio rural.

(...) as casas urbanas, e certamente as melhores, pertenciam quase todas aos proprietários rurais e permaneciam fechadas a maior parte do ano, ou eram habitadas apenas pelo pessoal do serviço. Vilas e cidades se animavam somente nos dias de festas e procissões, estabelecidas pelo calendário oficial, ou no período de embarque das safras. (GOULART 1994, p.20).

Segundo Santos (1996, p.26),

(...) o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior, havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.

A intensificação da vida urbana só aconteceria no país na segunda metade do século XVII, principalmente ao longo do litoral. No período denominado ciclo do ouro³ houve uma elevada concentração de pessoas ao redor das minas, o que tornou o modelo das vilas e cidades mais parecidas com o modelo das vilas e cidades dos portugueses. Neste período (final do século XVII), a política urbana passou a ter um lugar de destaque na estratégia da colonização. De acordo com Goulart (1994, p.35) “(...) as construções se faziam sobre o alinhamento fronteiro dos lotes e sobre os limites laterais, formando um corpo contínuo, que aumentava a estabilidade do conjunto”. Percebe-se pela narração a inexistência de calçadas, o que só será demonstrada a sua existência na política de embelezamento do Rio De Janeiro, na demolição dos cortiços e abertura das grandes avenidas, num modelo copiado da cidade de Paris, nas reformas e alterações da cidade feitas pelo então prefeito, Barão Haussmann⁴, no governo de Napoleão III.

O século XVIII surge, e no Brasil, com a Coroa incentivando os habitantes das vilas do interior, principalmente da região de São Paulo, a procurar depósitos de ouro e pedras preciosas. É nesta época – entradas e bandeiras - que são encontradas minas auríferas em Mato Grosso (1718) e Goiás (1725).

³ O ciclo do ouro no Brasil marcou o período do final do século XVII - com a descoberta do minério em Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás - até o final do século XVIII - quando a população brasileira passou de, aproximadamente, 300 mil para 3 milhões de pessoas.

⁴ A Reforma urbana de Paris foi promovida por Georges - Eugène Haussmann entre 1852 e 1870. Haussmann, o então prefeito do departamento do Sena, concentrou os esforços da reforma urbana no sentido de promover melhorias nas manobras militares, assim como na circulação e na higienização da capital da França. Para tal fim, demoliu inúmeras vias pequenas e estreitas residuais do período medieval, e criou imensos boulevards organizadores do espaço urbano, assim como jardins e parques.

Santos (1996, p.19) esclarece que só a partir do século XVIII a urbanização se desenvolve e “a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana”. Sendo preciso mais de um século para adquirir as características com as quais conhecemos. Portanto, somente no século XIX a urbanização brasileira atingiu sua maturidade.

Nas regiões de mineração a população vivia concentrada em núcleos urbanos permanentes. Com a descoberta de novas minas em Goiás, o território brasileiro foi estendido longamente para o oeste, para além dos limites do Tratado de Tordesilhas, permitindo a partir daí o controle da Amazônia.

Estevam (2004) afirma que o território goiano, até então ocupado, unicamente, por indígenas (goyases) era quase desconhecido, entrando para a história como as Minas dos Goyases. Os primeiros arraiais do ouro de Goiás foram descobertos em 1726 e 1731, e até meados do século XVIII, os arraiais se estendiam por todo o território goiano. Nesta época os limites da capitania eram vagos e a lógica de suas fronteiras estava vinculada à necessidade de resguardar as jazidas descobertas, em seguida, com a proliferação das minas, os limites foram demarcados pelos grandes rios efetivando-se uma enorme superfície territorial.

O espaço compreendia ao norte as bacias do Tocantins/Araguaia, ao sul as bacias do Paranaíba/Grande e esteve caracterizado pela imensidão de terras de planalto e pela condição de fronteira aberta à penetração em face da ausência de obstáculos naturais. (ESTEVAM, 2004, p.23)

Estevam (2004, p. 23) aponta também que

(...) o povoamento de Goiás, em função de sua enorme extensão territorial, deu-se de forma vagarosa e diversificada, com a proliferação de descobertas de auríferas ao longo de uma superfície, a Coroa sentiu necessidade de aproximar-se com seu aparato administrativo.

As novas vilas e cidades seguiam às determinações da Coroa, que visando reforçar a presença de seu domínio, determinava um programa que era seguido pelos colonizadores. Segundo Goulart (1994, p. 52),

(...) as cartas aos governantes, ao determinarem a criação de novas vilas, fixavam de maneira clara as normas para sua edificação, visando o atendimento aos padrões tipicamente portugueses, incluindo até mesmo a escolha dos nomes para as localidades e os de suas ruas e praças, que deviam repetir aos de vilas e cidades de Portugal.

Mesmo a província de Goiás estando localizada a muitas léguas de distância do litoral, a vontade soberana se mostrava eficaz, o poder de decisão era extremamente centralizado e executado pelo próprio Rei de Portugal. Os governantes não passavam de meros executores da vontade do rei. É importante lembrar que para se deslocar da capital paulista para o sudoeste goiano a viagem era realizada sobre lombos de animais e durava cerca de um mês, já para as determinações do reino português chegar a terras goianas levava por volta de um ano.

Na época em que o governo imperial incentivou a ocupação do Sudoeste goiano através da lei nº11 de 05 de agosto de 1838, a divisão do Estado brasileiro era muito diferente da configuração atual, à época, o Brasil possuía dezessete províncias conforme se pode constatar na figura 1 abaixo.

Figura 1. Mapa das Províncias brasileiras – 1822
(Mapa desenvolvido para a 1ª Olimpíada Nacional em História do Brasil). Cartógrafa: Sonia Vaz.



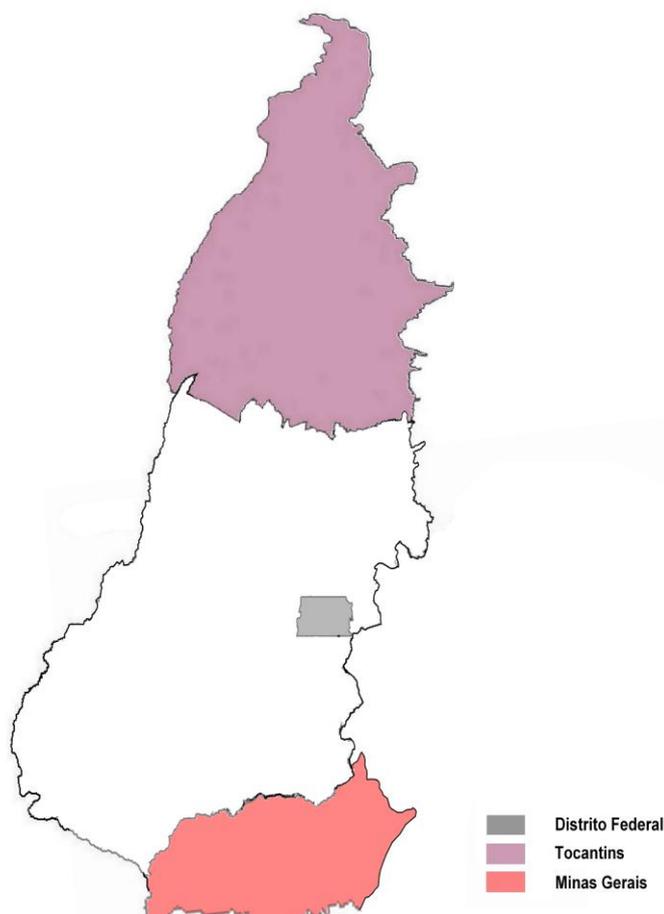
Fonte: Museu exploratório de ciências da UNICAMP.

Em 1822, a província de Goyaz era bem extensa e continha em seu território o Triângulo Mineiro, os espaços onde seriam mais tarde implantados o Distrito federal e o

futuro Estado do Tocantins conforme se pode ver na figura 2 – Mapa da Província de Goyaz – inserido nesta dissertação na página 28.

Segundo Estevam (2004) a população do Estado de Goiás cresceu de forma substancial no século XIX á partir de 1824 quando o Estado possuía 62.518 habitantes sendo 49.143 homens livres e 13.275 escravos. Para Saint Hilaire (1819), no início do século, Goiás contava com cerca de 80.000 habitantes, sendo a maioria (45.000) composta de índios, e Estevam (2004) afirma que em 1890, a população atingia 227.572 indicando que seus moradores quase quadruplicaram. Nessa época haviam pouquíssimas núcleos urbanos, destacando-se a capital Vila Boa.

Figura 2. Mapa da Província de Goyás – século XIX



Fonte: Elaborado pelo Autor

A lógica da formação dos espaços urbanos goianos foi muito diferente das que ocorreram na maior parte da nação brasileira. A maioria das cidades goianas fundadas até o início do século XIX se deu em função do minério do ouro, o mesmo não ocorreu com as cidades do Sudoeste goiano, mais especificamente Rio Verde que nasceu através de

incentivos governamentais. Graças a um solo rico, excelente para a plantação das lavouras, e com a intenção do governo federal em gerar polos abastecedores e também como a maneira de garantir a sua soberania, o que se dava pela ocupação das terras, através da posse, o governo imperial resolveu dar isenção de impostos para criadores de gado e eqüinos pelo período de 10 anos.

No sudoeste de Goiás, na primeira metade do século XIX, havia paulistas estabelecidos em grandes fazendas que chamaram a atenção das autoridades goianas. Estevam (2004, p. 51) relata as lamentações feitas pelo presidente da Província de Goyas: “estes homens vieram ali estabelecer-se, no que, depois, têm sido imitados por homens de Minas Gerais, e nenhum tem aberto relações com esta capital, em cujo município reside”. Pode-se afirmar que o primeiro fluxo imigratório para o Sudoeste de Goiás, se deu na primeira metade do século XIX, através do incentivo do governo imperial.

Com relação à população brasileira, no século XIX e em mais da metade do século XX, a maioria da população habitava o campo. Até 1920 esta situação era bem definida e a partir daí foi se alterando lenta e gradativamente, para inverter esta realidade na década de 1970. A tabela 1 (Aumento da população brasileira, p. 29 desta dissertação) nos mostra que em 1872 apenas 5,9% da população habitavam as cidades, 6,8% em 1890; 9,4% em 1900; e 10,7% moravam nas cidades em 1920. Após 1920 o processo foi acelerando passando a ter 24,99% em 1940, isso muito em função do processo de industrialização que começava a se intensificar na década de 1930 com o aumento da população das grandes cidades da região Sudeste do Brasil. Em 1950 a população urbana já contava com índice de 36,16%, para chegar aos 45,01% em 1960 e 56,80% em 1970. Nos anos seguintes esses números continuaram aumentando, com a população urbana passando a ter 68,86% em 1980; 76,93% em 1991; 81,19% em 2000, e 84,34% no ano 2010. Estes percentuais nos permitem afirmar que a população brasileira é nas primeiras décadas do terceiro milênio predominantemente urbana.

Como pode ser constatada na tabela 1, (Aumento da população brasileira, p. 29), a alteração do local de moradia da população brasileira a consolidou-se na década de 1970 quando houve a definitiva reversão do quadro existente até então, onde a população urbana passou ter uma taxa de 56,80%, superando definitivamente a população rural. Esse período foi denominado de “grande êxodo rural”, onde o homem do campo adotaria a cidade como seu local para moradia.

Além da mecanização do campo, retirando o morador da área rural, levando-o as cidades, contribuiu com essa situação o fato de nos últimos quarenta anos (1970 a 2010) a

população brasileira ter dobrado – aumentou 51,16% -, saindo de 93 milhões no início dos anos 1970, para 190 milhões em 2010. Nesse período a população urbana brasileira aumentou sete vezes e meia.

Tabela 1. Quadro do aumento da população brasileira

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM2)
1872	9.930.478	585.898	1,17
1890	14.333.915	974.706	1,69
1900	17.438.434	1.639.212	2,05
1920	30.635.605	3.278.010	3,60
1940	41.326.000	10.326.000	4,85
1950	51.944.000	18.783.000	6,11
1960	70.992.343	31.956.000	8,34
1970	93.139.000	52.905.000	11,10
1980	119.099.000	82.013.000	14,23
1991	150.400.000	115.700.000	17,26
2000	169.872.856	137.925.238	19,92
2010	190.732.694	160.879.708	22,43

Fonte: IBGE.

Fazendo uma análise paralela, comparativa do aumento da população brasileira com a da Terra constata-se que o planeta possuía⁵ 2,6 bilhões de habitantes em 1950, e chegou ao extraordinário número de 5 bilhões de pessoas em 11 de julho de 1987, alcançando os 6 bilhões em 12 de outubro de 1999, e o planeta atingiu os 7 bilhões de pessoas 31 de outubro em 2011. Seguindo os cálculos haverá um acréscimo populacional de 1 milhão de pessoas/dia, e segundo as projeções da ONU, alcançará a quantidade de 10 bilhões de pessoas em 2050.

Segundo o site da ONU, esta expansão rápida e contínua da impressão humana num planeta que parece cada vez menor tem sérias implicações em quase todos os aspectos da vida. Questões estas que dizem respeito à saúde e ao envelhecimento, à migração em massa e

⁵ Fonte: site da ONU <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/> acessado em 13/10/2013.

à urbanização, à demanda por habitação, ao abastecimento inadequado de alimentos, ao acesso à água potável, entre outras.

Para a ONU, o rápido aumento da população expõe problemas como o crime transnacional, a interdependência econômica, mudanças climáticas, a disseminação de doenças como HIV/AIDS e outras pandemias, e assuntos sociais como igualdade de gêneros, saúde reprodutiva, maternidade segura, direitos humanos, situações de emergência, e outras.

Outro instituto, o INED – Instituto francês de Estudos Demográficos⁶, afirma também que a população mundial alcançará os 9,7 bilhões de pessoas em 2050 frente aos 7,1 bilhões atuais, as projeções desse organismo, que realiza estudos próprios em paralelo aos das Nações Unidas e do Banco Mundial, evidenciam que a população do planeta se situará entre 10 bilhões e 11 bilhões de pessoas em 2100.

Comentando sobre o aumento da população brasileira, Santos (1996) afirma que mesmo tendo ocorrido este extraordinário acréscimo no número de pessoas, o processo de urbanização no Brasil continuou em ritmo lento, desacelerado, saindo dessa condição a partir do final da década de 1970, conseguindo atingir um novo patamar apenas nas três décadas seguintes entre os anos 1980 a 2000.

1.2 - A formação do Espaço urbano

Carlos (1982) cita que a produção do espaço traz em seu bojo a unidade do diverso, isto é, as contradições e diferenciações que geram o seu próprio desenvolvimento.

Paiva (2010, p. 60) lembra que “o homem elegeu as cidades, ao longo da sua trajetória, como sua forma mais adequada e preferida de agenciamento espacial, bem como, de sua manifestação cultural”. E para entender como se dá a formação do espaço urbano, é necessário compreender as transformações sócio - econômicas ocorridas na sociedade, principalmente, no século XX, período onde estas se avolumaram e se consolidaram.

A história nos mostra que as cidades se tornaram objeto de estudos após a revolução industrial iniciada no Reino Unido em meados do século XVIII, e se expandiu pelo mundo a partir do século XIX. A Revolução Industrial consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social. Ao

⁶ <http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/estudo-frances-diz-que-populacao-mundial-sera-de-97-bi-em-2050,0658e085a3971410VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html> – acessado em 21/ 11/2013 às 17:00hs.

estudar a problemática urbana. Lefebvre (1999) considera o processo de industrialização como o início para as grandes transformações na sociedade.

Ao longo deste processo, a era da agricultura foi superada, a máquina foi absorvendo o trabalho humano, e, uma nova relação entre capital e trabalho se impôs, novas relações se estabeleceram e surgiu o fenômeno da cultura de massa, entre outros eventos. Essa transformação foi possível devido a uma combinação de fatores, como o liberalismo econômico, a acumulação de capital e uma série de invenções, dentre todos os inventos destacava o motor a vapor, um marco para a época. O capitalismo tornou-se o sistema econômico vigente no mundo ocidental.

No sistema capitalista, a cidade passou a ser tratada como produto do trabalho industrial, e assumiu o papel principal no comando do processo de produção espacial, articulando e determinando a divisão espacial e social do trabalho. Para Carlos (1982) a cidade é determinada por relações de produção, e vista dentro do processo de produção global é fruto da separação entre o trabalho industrial e comercial de um lado e o trabalho agrícola do outro.

Nos núcleos urbanos se encontram diversas atividades possuindo funções que as interligam. Bellorio (2013) *apud* Santos (1998) esclarece que a sociedade está sempre em movimento, e de tempos em tempos aparecerão espaços numa mesma configuração territorial, reafirmando que o espaço urbano é um produto da formação social nos diferentes momentos de seu desenvolvimento.

Corrêa (2003, p. 11 e 12), estudando o espaço urbano capitalista conceitua-o por: “fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas. É um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço...”. Desta forma a cidade é ainda um campo privilegiado das lutas de classe, pois se por um lado o espaço urbano é cada vez mais socializado, por outro lado não ocorre com a sua apropriação que em geral é privada. E conclui que

mesmo passando por transformações em seu espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado a desigualdade sócio-espacial não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia. (CORRÊA, 2003, p. 11e 12)

Dentro do conceito que aponta para o choque de interesses dos mais diversos tipos de atividades, que acontecem no espaço urbano, e que geram os conflitos sociais, a cidade vem

exigindo uma visão mais holística, passando a contar com a participação de estudiosos das mais diversas áreas, nas discussões e intervenções do espaço, de forma que este seja o mais coerente, e nela possa refletir os anseios dos moradores.

Para Santos (1996) a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Destaca ainda que o nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades a serem analisadas à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos.

Corrêa (2003, p. 5), aponta que

a grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.

Ainda segundo Corrêa (2003) o solo na cidade é direcionado para as mais diferentes atividades, tais como, industrial, comercial e residencial. Ao mesmo tempo essas atividades são articuladas, relacionando-se nos mais diferentes graus – uns com maior, outros com menor intensidade – variando economicamente e socialmente.

O espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica. [...] por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. (CORRÊA, 2003, p.8)

A cidade é dividida em zonas. A lei de zoneamento é a lei que estabelece os usos que poderão existir em cada região da cidade. Os usos são divididos em residenciais, comerciais e de serviços, industriais, com cada região possuindo normas específicas estabelecidas para as edificações, como: taxa de ocupação, recuos, alturas, classificação das vias. Estes parâmetros delineiam as características das edificações a serem construídas em cada zona. É dentro deste conceito que na construção de cidades, diversas atividades estão dispostas em lugares específicos, podendo determinada área ser destinada a construção de equipamentos urbanos, enquanto outras, com características muitas vezes semelhantes possuem outras funções.

Passos (2010) lembra que ao poder público municipal cabe controlar a ocupação do solo, utilizando-se de leis, de decretos, normas e diretrizes urbanísticas, e que a função dos gestores públicos municipais é alcançar uma melhor qualidade de vida através da democratização do acesso a terra. Lembra ainda citando Schuwartzman (1974) que a qualidade de vida tem a ver com a expansão e consolidação dos direitos civis, políticos e sociais e ainda que o problema da qualidade de vida não é prioritariamente de consumo e implica em “uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social” (p. 107).

O espaço urbano é composto de área central e de bairros. O conceito de área central aqui inserido não é dado para a região centralizada – no meio – da cidade. Área central é o local onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter – regionais e intra – urbanos.

Atualmente, mais precisamente no ano de 2013, nas metrópoles pode-se constatar a existência de várias áreas centrais. São áreas onde o comércio e a prestação de serviços são bem acentuados, e que vão surgindo por causa da ampliação de seu tecido urbano, devido a sua expansão urbana. Podem-se tomar como exemplo algumas regiões que se enquadram no conceito de áreas centrais. Em nossa capital – Goiânia -, existem várias áreas centrais, além do Centro da cidade, o bairro de Campinas, o Setor Bueno – ao longo da Avenida T-63, o Setor Oeste – nas proximidades da Praça Tamandaré e da Praça do Sol. Nestes bairros da cidade há um dinamismo no desenvolvimento das atividades que classificam determinado lugares como áreas centrais, podendo – se afirmar que estes lugares têm vida própria, ou seja, são independentes das outras regiões da cidade. Corrêa (2003, p. 5) afirma que “em geral as áreas centrais se destacam na paisagem das grandes cidades por causa da sua verticalização”.

Em Rio Verde, pode-se constatar a existência de uma única área central, que se encontra na parte mais antiga da cidade. Nesta região se encontram toda a parte de serviços, a administração do município – Prefeitura com suas secretarias - e os mais diversos equipamentos urbanos. Por ser uma cidade de destaque na região Sudoeste do Estado com a geração de riquezas, e que giram em seu município, a área central da cidade possui um ritmo diferente dos demais bairros.

Em Rio Verde, pode-se afirmar que a tese da verticalização foge à regra, pois na sua área central, ou seja, a parte onde se destacam a de prestação de serviços, o comércio forte e a rede bancária, a verticalização é irrelevante. Poucos são os edifícios verticais construídos na cidade e se encontram posicionados distantes entre si, conforme se pode constatar na figura 3, na página 35 desta dissertação.

Figura 3. Vista parcial da cidade - principal característica das edificações - a horizontalidade.



Fonte: arquivo fotográfico do autor.

Estes equipamentos urbanos estão localizados na cidade principalmente ao longo da Avenida Presidente Vargas/Rodovia GO-174/BR-452 (em determinado trecho da Rua ela possui estes três nomes, já que estas rodovias cortam a cidade de um extremo ao outro), além das duas primeiras ruas paralelas à Av. Presidente Vargas, as Ruas Costa Gomes e a Rua Augusto Barros no trecho compreendido entre o trevo de acesso à cidade vindo de Goiânia e Itumbiara e a Rua Antônio Bernardino de Ataídes. Outros trechos com comércio e instituições públicas é o entorno da praça Joaquim S. Leão, as Ruas Itajiba Gonzaga Jaime e Rua Professor Joaquim Pedro, no trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua Rusolino Guimarães e a Rua Afonso Ferreira entre a avenida Presidente Vargas e a Rua Abel Ferreira.

Figura 4. Ed. Sicoob Credi-Rural, localizado na Av. Presidente Vargas



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013)

As imagens fotográficas inseridas nas páginas 35, 36 e 37 desta dissertação demonstram a horizontalidade como principal característica das edificações, a diversificação dos comércios com vários tipos de lojas com diferentes produtos posicionadas lado a lado na Avenida Presidente Vargas, a principal via da cidade.

Figura 5. Vista parcial da Av. Presidente Vargas – Agência do Banco do Brasil e Shopping Rio Verde



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

Figura 6. Ed. Vapt-Vupt, localizado na Av. Presidente Vargas



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

Figura 7. Vista parcial da Av. Pres. Vargas
Acesso principal do Shopping Rio Verde



Fonte arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

Figura 8. Vista parcial da Av. Pres. Vargas
Comércio diversificado



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro /2013)

Figura 9. Vista parcial da Av. Pres. Vargas - Comércio diversificado – revenda de tratores



Fonte: arquivo fotográfico do autor – (outubro/2013)

Figura 10. Vista parcial da Av. Pres. Vargas
Prefeitura Municipal de Rio Verde



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013)

Figura 11. Vista parcial da Av. Pres. Vargas
Comércio diversificado – revenda de veículos



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013)

Segundo a Secretaria de Indústria e Comércio de Rio Verde⁷ a cidade conta com um comércio forte e competitivo, suficiente para atender a demanda da população local e regional, contando com uma grande estrutura de agências bancárias, supermercados, farmácias, lojas de vestuário e calçados, móveis, revenda de automóveis, caminhões, máquinas e implementos, produtos veterinários e agrícolas e um dos maiores parques industriais do Centro-Oeste. Destacando-se a Perdigão Agroindustrial S/A, Grupo Orsa, Café Rio Verde, Videplast, Brasilata, Kowalski, COMIGO, Frigorífico Margem, Refrigerantes Rinco, além de muitas outras.

O Município possui quatro distritos industriais municipais e dois estaduais prontos para receber novas indústrias. Todo este conjunto gera empregos diretos e indiretos juntamente com as indústrias instaladas.

Por ramo, Rio Verde conta com:

Tabela 2. Tipos de atividades desenvolvidas no município.

TIPOS DE ATIVIDADES	QUANTIDADE
Comércio	3.743
Serviços	4.191
Indústria	457
Comércio e Serviços	257
Comércio e Indústria	114
Indústria e Serviços	44
Agropecuária	119
Agricultura	33

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda –
Dados atualizados em dezembro de 2010

Segundo Carlos (1972) as cidades evoluem, de acordo com sua importância, uma área mais ou menos ampla de dominação ligada a ela por uma rede de comunicação e transportes, que possibilitam um fator indispensável a essa dominação. Sob o aspecto formal, a cidade apresenta paisagens diversas e antagônicas dadas pela utilização diferenciada do solo e de sua própria atividade produtiva.

Quando a cidade se expande e envolve o entorno das indústrias por usos residenciais, surge a necessidade de relocação da indústria. Estas são deslocadas para áreas mais amplas e

⁷ https://www.google.com.br/search?q=comercio+e+servi%C3%A7os+de+Rio+Verde+Goi%C3%A1s&ie=utf-8&oe=utf-8&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&gws_rd=cr&ei=URxgUoehC-SwyQHul4HgDw

– acessado em 16/10/2013 às 14:21hs.

mais baratas, com a infraestrutura produzida geralmente pelo estado. Assim, ela ganha nova localização com a possibilidade de se expandir.

1.2.1 - Os agentes do Espaço Urbano

O espaço urbano é produzido por agentes sociais. Estes agentes, utilizando de ações concretas, desempenham papel relevante no processo de fazer e refazer a cidade. Segundo Corrêa (2003) são estes os principais agentes sociais:

- a - os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b - os promotores imobiliários;
- c - o Estado (esfera federal, estadual, municipal);
- d - os proprietários fundiários;
- e - os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção, os grandes industriais, sempre buscam a terra urbana na qual possa desempenhar um duplo papel:

- 1- Dar suporte físico ao empreendimento,
- 2- Ter fácil acessibilidade às atividades que irão ser ali desempenhadas.

Corrêa (2003) considera que no estágio atual do capitalismo, os primeiros e maiores agentes citados, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário, podem estar integrados direta e indiretamente, em grandes corporações que, além de outras atividades, eles compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço urbano.

As grandes empresas comerciais e os proprietários industriais, por serem grandes consumidores de espaços, necessitam de grandes áreas, escolhidas próximas à cidade e com valor mais baixo para a compra. A presença deste agente gera uma grande valorização nas terras dos vizinhos e cria uma escassez de oferta de novos terrenos para futuras ampliações.

Segundo Corrêa (2003) a especulação da terra urbana não é do interesse dos proprietários dos meios de produção, interessa aos proprietários fundiários. A retenção de terras cria uma escassez de oferta, e por consequência, o aumento do seu preço, possibilitando-lhes aumentar a renda da terra. Esta prática gera conflito entre proprietários industriais e fundiários. Estes conflitos tendem a ser resolvidos em favor dos proprietários dos meios de produção, que no capitalismo, comandam a vida econômica e política. A solução destes conflitos acaba por penalizar o Estado, pois os proprietários industriais fazem pressão para que ele faça desapropriações de terras próximas às suas instalações.

Um fator digno de ser citado com relação à chegada de indústrias aos municípios é a forma paternalista com que agem os governos. Geralmente, quando há a intenção de uma indústria se instalar em determinada cidade, o Estado entra como parceiro do empreendimento fazendo concessões muito além das necessárias, utilizando o discurso da ampliação da oportunidade de trabalho para os moradores da cidade, muitas vezes o município doa o terreno e dá isenção de impostos por um período mínimo de vinte anos. Exemplos de Goiás a instalação da montadora da Hyundai em Anápolis, e a da montadora da Suzuki em Itumbiara, que poderá ser levada para Catalão que ofereceu maiores incentivos à empresa.

Outra forma de agir destes grandes proprietários de produção é a pressão utilizada junto ao Estado para que faça desapropriação de terras e construam toda a infraestrutura necessária à realização de suas atividades, muitas vezes exigindo também facilidades para a construção de casas baratas para os seus empregados em áreas localizadas próximas ao empreendimento. Situação corriqueira na prática política do país nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) e em Rio Verde não é diferente onde foi dado todo tipo de apoio para a criação da COMIGO e para a instalação da indústria da Perdigão.

Para Corrêa (2004) o Estado, principalmente na esfera municipal, é o mais afetado, por ter que fazer maiores concessões, pois é no município que tudo acontece. Com relação à transformação do espaço rural em urbano, esta é uma situação complexa, pois a demanda das terras e habitações depende do surgimento de novas camadas sociais, oriundas geralmente dos fluxos migratórios, e que detêm um nível de renda que as torna capacitadas a participar do mercado de terras e de habitações, e dependem também das possibilidades de remuneração do capital investido.

Para Santos (1996) tanto as cidades milionárias, ou seja, com mais de um milhão de pessoas, quanto às intermediárias vem adotando um modelo geográfico de crescimento espraiado, com um tamanho desmesurado devido à especulação. Alguns fatores têm influenciado na atuação do setor imobiliário para que haja especulação: a presença de espaços vazios, o déficit de habitações, a escassez de programa para acesso à terra, e o modelo rodoviário urbano. Estes fatores unidos levam ao crescimento disperso e espraiado da cidade em sua expansão, e levam a população mais pobre a viver na periferia da cidade.

Esta, porém, é uma prática recorrente nas cidades brasileiras, altera-se o perímetro urbano da cidade, e o uso agrícola da periferia é substituído pelo uso urbano, havendo uma enorme valorização fundiária. Os diferenciais de direção em que as transformações se verificam dependem da estrutura agrária que pode viabilizar ou não as operações de

valorização fundiária, das condições ecológicas diferenciadas, da existência de eixos de circulação e do tipo de uso a que destina a terra urbana.

Desta maneira a ocupação urbana em relação ao uso residencial, assume as seguintes condições: urbanização de status e urbanização popular. Assim criam-se bairros seletivos em setores que possuam alguma característica que possa ser explorada, características positivas que Corrêa (2003) denomina de “amenidades”. Esta expressão vem para substituir o termo periferia que possui um sentido pejorativo, estes bairros mesmo sendo fisicamente periféricos não são mais percebidos como estando localizados na periferia urbana.

Corroborando com esta afirmação, proliferam nas duas últimas décadas no país, os condomínios horizontais fechados. São bairros, exclusivamente, residenciais, seletivos, construídos na periferia das cidades, que exploram os recursos naturais existentes no local como matas e lagos. Os terrenos possuem dimensões maiores (acima de 400,00m²) que os de pequenas dimensões voltados à classe média baixa (200,00m²), são de alto custo, dando ao morador a sensação de morar em lugar seguro, já que o empreendimento conta com segurança armada e veículos que fazem ronda pelo condomínio durante as 24 horas do dia. Estes condomínios estão sendo implantados no Estado de Goiás, inclusive em cidades pequeno e de médio porte, podendo ser constatados sua existência nas cidades de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Senador Canedo, Anicuns.

1.3 – O crescimento das cidades

O século XX é para Santos (1996) o século em que foi alcançada a urbanização da sociedade e a urbanização do território. Em princípio as cidades eram litorâneas, e depois da mecanização do território através da industrialização implantado nos principais centros urbanos brasileiros iniciados na década 1930. O Brasil começa a se transformar com a industrialização, exigindo o processo de urbanização destes núcleos, e mais tarde a situação se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século. O quadro que se verifica nessa época é a separação cada vez mais definitiva entre o Brasil urbano e o Brasil rural.

Embora existam muitas discontinuidades na industrialização brasileira, podemos considerar o maior impulso neste processo, com maior clareza, no 2^a pós Guerra mundial. No entanto, nos anos 20 e 30 intensificou-se a modernização das principais cidades brasileiras com certa ênfase a concentração industrial em algumas áreas, como São Paulo e os insumos adquiridos com a imigração européia no sul do país.

A população do planeta vem crescendo assustadoramente. Em 1975 éramos cinco bilhões de pessoas, em 2011 alcançou sete bilhões. Estes números nos leva a refletir em novas formas de organização espacial, principalmente no espaço das cidades. Com o Brasil não foi diferente, enquanto no ano de 1970 contava com noventa milhões de habitantes, conseguiu mais que dobrar sua população em quarenta anos chegando a cento e noventa e seis milhões em 2010.

Devido aos motivos da população das cidades superarem a população do campo, alterou-se o quadro das cidades com população superior a 100 mil habitantes, inclusive aos incentivos dos gestores municipais que visam atrair grandes empresas para o seu município e acabam por provocar o crescimento e em muitos casos o inchaço da maioria destas cidades por falta de planejamento. Assim, muitas cidades brasileiras já ultrapassaram a marca de 100.000 habitantes, inclusive Rio Verde em Goiás - o nosso objeto de estudos. Nesta lógica que se desenvolveu celeremente no Brasil a partir da década 1960, e, atualmente, mais de 50% da população mundial residindo nas cidades.

Até 1872, época do primeiro censo demográfico brasileiro, apenas três capitais brasileiras possuíam 100 mil habitantes: Rio Janeiro, Salvador e Recife. Somente Belém possuía mais de 50 mil habitantes, e São Paulo contava 31.385 habitantes.

Em 1900, o Brasil possuía 4 cidades com mais de 100.000 mil habitantes: Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo. O número de aglomerações com mais de 100.000 habitantes não pára de crescer conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 3. Avanço da população nas cidades até a década de 1980.

QUANTIDADE DE HABITANTES	1940	1950	1960	1970	1980	2010
Entre 100 e 200.000	11	15	28	60	95	156
Entre 200 e 500.000	05	09	11	19	33	102
Mais de 500.000	02	03	06	09	14	22
Total mais de 100.000	18	27	45	88	142	280

Fonte: tabela elaborada pelo autor apoiado em dados do IBGE.

Segundo a revista Exame⁸, em 2013 o número de cidades brasileiras com população superior a 100 mil habitantes é de 299, sendo que 16 destas possuem uma população com mais de 1 milhão de pessoas, 23 com população entre 500 mil e 1 milhão, 102 com população entre 200 e 500 mil habitantes e 156 com população entre 100 e 200 mil habitantes.

Ao longo do século XX, sobretudo no final, o processo de urbanização das cidades brasileiras traz uma crescente associação com a pobreza.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias, pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial. (SANTOS, 1996, p. 10)

Santos (1996) considera ainda que o nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades a serem analisadas à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais.

Delfino (2008, p. 44) afirma que “a trajetória do planejamento urbano no Brasil aponta o Estado como figura principal na promoção de intervenções no espaço urbano, intervenções que tendem a regular as contradições surgidas entre as diferentes classes sociais”.

Delfino (2008, p. 44) considera ainda que “o rápido processo de urbanização ocorrido no país a partir da década de 1950 foi altamente sintomático. O crescimento urbano brasileiro transformou e inverteu a distribuição da população no espaço: em 1945, a população urbana alcançava o índice de 25%, já nos anos 2000, esse número saltou para 82%. Esse crescimento desencadeou problemas de diversas ordens que afetam cotidianamente os moradores da cidade tais como: desemprego, desproteção social, riscos de moradia em encostas perigosas ou em beira de cursos d’água - onde estão sujeitos a enchentes, áreas de transmissão de eletricidade - deficiência em saneamento básico, transporte, educação, saúde e lazer”.

Ermínia Maricato⁹, no texto “*Nossas cidades estão ficando inviáveis*”, afirma que uma parte da população não cabe mais na cidade. E não é uma pequena parte. Tem a ver com uma trombada entre a população pobre e as áreas ambientalmente frágeis. Esta crítica se dá por causa do afastamento dos pobres das áreas centrais das cidades, uma prática recorrente na maioria dos municípios brasileiros. A classe pobre é colocada na periferia em bairros criados

⁸ Revista Exame <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-300-cidades-mais-populosas-do-brasil-em-2013?page=1> a 6 – visitado em 12/10/2013 às 17:29hs.

⁹ Fonte: Revista Desafios do desenvolvimento – IPEA - Publicado em: 13/08/2012 http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508catid=28&itimid=23 – acessado em 08/05/2013

sem a infraestrutura básica, causando às famílias diversos tipos de doenças devido à falta de água potável, tratamento de esgoto e asfalto. É muito comum observar problemas respiratórios crônicos por parte da população nestas regiões das cidades brasileiras devido à poeira, problemas estomacais por causa da localização de cisternas próximas das fossas sépticas, isto se dá também devido ao tamanho dos lotes que são muito pequenos, e esta população não tem esclarecimento a cerca de saúde pública, um quadro que era para estar resolvido, e ainda é muito recorrente em nossas cidades. Daí a reclamação de Ermínia que após quarenta anos de luta tem vontade de chutar o balde.¹⁰

Uma crítica neste sentido foi feita no ano de 1983, pelo personagem Justo Veríssimo¹¹ de Chico Anysio, em programa semanal veiculado pela Rede Globo de Televisão, quando da realização do mutirão das mil casas construídas em um só dia, executado pelo então Governador Íris Rezende Machado no início de 1983, onde o personagem político dizia morrer de inveja do governador de Goiás, este sim, era muito inteligente. Questionado o porque do governador ser muito inteligente, Justo respondeu: - “ele reuniu os pobres num único lugar, e se quiser acabar com eles é só soltar uma bomba que tudo estaria resolvido”. (programa Chico Anysio Show da Rede Globo de televisão de 20/10/1983).

¹⁰ Desabafo feito em entrevista à revista eletrônica Desafios do Desenvolvimento – IPEA Publicado em: 03/09/2012

¹¹ Justo Veríssimo é o nome de um personagem político – Deputado Federal – criado e interpretado pelo humorista Chico Anysio.

CAPÍTULO 2 – A REGIÃO SUDOESTE E O MUNICÍPIO DE RIO VERDE

2.1- Goiás e a Região Sudoeste

É muito cativante entender o processo de formação, implantação e consolidação de um território, e numa pesquisa de dissertação de mestrado como esta, é possível fazer uma *rica e instigante viagem*.

Com relação à implantação dos territórios goianos – municípios – e por consequência a criação das cidades, obedeceram à antiga intenção do poder central brasileiro, que era o de povoar as vastas regiões desabitadas do Centro-Norte do país, estabelecendo a sua soberania e transformando-as em regiões produtoras de alimentos, que pudessem abastecer as regiões Sul e Sudeste, e uma das formas de garantir a sua hegemonia era através da posse.

A ocupação pioneira do espaço goiano foi executada sem maiores ordenações ou formalidades. A interiorização do povoamento se deu com base na posse e possibilitou para alguns a ocupação de grandes áreas. (ESTEVAM 2004, p. 62)

Estevam (2004) mostra ainda que até o século XIX Goiás vivia voltada para si mesma totalmente alheia às transformações que ocorriam em todo o cenário nacional:

(...) Assim a província esteve durante quase todo o século XIX voltada para si mesma, aparentemente alheia às transformações em curso. Goiás apresentava-se como um mundo diferente se levada em consideração a realidade sócio-econômica no sudeste do país. Apesar de ser parte integrante do processo não se encontrava ainda palpavelmente articulada ao mesmo. (ESTEVAM 2004, p. 62)

A chegada do homem branco à região sudoeste de Goiás não é recente, alguns relatos afirmam que o próprio Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera – passou pelas terras do sudoeste de Goiás.

(...) Bueno partiu de São Paulo em fins de agosto de 1722. E assevera que até a margem do Rio Grande eram bem conhecidos os caminhos e sem maiores dificuldades, seguiu a bandeira, mas atravessando o Rio Paranaíba, bem como o seu confluente Meia Ponte, ali pelas alturas de Mato Grosso, perderam o rumo procurado, por se terem afastado para o poente. Daí, foram dar às margens do Araguaia, Rio Claro e Pilões, pelas terras que constituíram depois os distritos de terras do Rio Bonito, Rio Claro e Dores do Rio Verde, andando cerca de três anos perdidos pelas zonas banhadas pelos tributários do Araguaia. (SILVA 2002, p. 123)

Relatos como este mostram que a passagem/chegada do homem branco em terras do sudoeste goiano ocorreu muito antes da implantação do seu território. Como ressalta Campos (1971, p.17), “em princípios de 1836, José Manoel Vilela, vindo de Minas Gerais, penetra nas terras goianas, indo apossar-se de terras do atual município de Jataí.”

Para se fazer uma instigante *viagem* é necessário voltar no tempo, e tentar nos posicionar na época em que se deu a formação do território da cidade de Rio Verde, e é importante considerar algumas características do país naquele período como mostramos na figura 1: Mapa das Províncias brasileiras – 1822, anteriormente.

- O regime de governo era imperialista, e a capital do Brasil era a cidade do Rio de Janeiro;

- Província de Goiás, sua capital cidade de Vila Boa de Goiás, conhecida hoje por cidade de Goiás;

- Sua divisão geográfica era muito diferente da atual conforme foi mostrada na figura 2 desta dissertação p. 28, e continha no seu território o Triângulo mineiro¹², o Estado do Tocantins¹³ e o Distrito Federal¹⁴;

- A população do sudoeste goiano era predominantemente de índios, de diversas tribos.

Segundo Cunha Neto (1988), em 1837 havia em Goiás 18 (dezoito) municípios, no ano de 1872, 26 (vinte e seis) municípios, sendo 20 (vinte) localizados a Centro-leste do estado, e 6 (seis) localizados desde a linha de Rio Verde até Tocantinópolis. Em 1872 a população da região do novo sudoeste era de 4.544 almas, sendo 3.456 na região de Rio Verde e 1.088 na região de Rio Bonito (Caiapônia).

Os primeiros exploradores e posseiros do sudoeste goiano vieram das capitânicas de São Paulo e Minas Gerais, apossando-se das terras dos “Goyazes”. Nesta época não havia estradas nem pontos de apoio, o espírito era o de aventura. Em 1838, devido a sua fertilidade, a região chama a atenção do governo imperial, que passa a estudar medidas de incentivo à colonização, provocando um alvoroço no Oeste de Minas Gerais, com as primeiras levas de pessoas se mudando para o Estado.

¹² O triângulo Mineiro denominado à época Desemboque era uma área disputada por Minas Gerais e chegou a ser incorporada ao seu território em 1816, sendo posteriormente retomada por Goiás, até que foi em definitivo anexada em 1833 na jurisdição mineira.

¹³ Após inúmeras tentativas de criação do território do Tocantins, através de um projeto do Senador Siqueira Campos, em 05 de outubro de 1988, o norte de Goiás finalmente foi emancipado, passando a se chamar Tocantins. Em 1º de janeiro de 1989, a Unidade Federativa do Tocantins foi oficialmente instalada.

¹⁴ A história do Distrito Federal, unidade federativa do Brasil, pessoa jurídica de direito público interno, inicia-se com sua criação em 1891 pela então Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Em 1960, o Distrito Federal foi transferido para o centro do país.

2.1.1– O cenário político de 1930 e o Sudoeste Goiano

No início do século XX, o Sudoeste goiano começava a se despontar como produtor agrícola, mesmo tendo como atividade principal a pecuária a ponto de começar também a competir econômica e politicamente com a cidade de Goiás, capital do Estado. Neste período Estevam (2004, p. 88), afirma que a “vida urbana era incipiente, e nem mesmo a capital, cidade de Goiás sobressaía”.

Após o final da Primeira Grande Guerra Mundial houve o enfraquecimento da economia agro patriarcal, predominantemente cafeeira, favorecendo a crise oligárquica brasileira, alterando o poder político vigente.

A partir dos anos 1930, o Brasil intensificou o seu processo de industrialização, interiorizando regiões para a produção do setor primário, possibilitando que a região Sudeste assumisse a posição de destaque na industrialização. É nessa época que em Goiás se inicia o período de produção primária, e só em 1960, através dos incentivos governamentais através de políticas públicas voltadas à tecnificação agrícola de algumas regiões do estado, é que o Sudoeste goiano iria se desenvolver.

Para Martins (2004) os fatores regionais que contribuíram para a crise oligárquica se deram em função do Estado, dominado pela oligarquia Caiadista, estava em total dissonância com o modelo administrativo modernista que aspirava e divulgava o governo Vargas.

O fim do período oligárquico em Goiás, representado pelos Caiadistas, concentrados na cidade de Vila Boa, região sem prestígio econômico, em função do declínio do garimpo da mineração do ouro, favoreceu a região Sudoeste, que passou a ser a região com prestígio político, graças a sua situação econômica em ascendência por causa da agropecuária.

Os eventos modernizantes em Goiás podem ser classificados nos seguintes períodos de tempo: a – 1930/1945 com Getúlio Vargas, interiorização do Brasil e Pedro Ludovico Teixeira mudando o cenário político goiano; b – a partir de 1950 com Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) com as metas de desenvolvimento do Brasil, culminando com a construção de Brasília (1956/1960) mudando a capital do país para o Centro-Oeste, além da construção da malha viária que permitiu a inserção do Centro-Oeste na rota do escoamento da produção agrícola, e a definição de Goiás como área de desenvolvimento agrícola; c – décadas 1970 e 1980 com as políticas públicas de estímulos à região e mecanização na agricultura; d – década 1990 através da chegada da agroindústria, concretizando o ciclo desenvolvimentista iniciado em 1930.

O século XIX se encerrou com o Marechal de Ferro (Floriano Peixoto) no poder central e consolidou seu domínio na política de Goiás. O grande líder desta oligarquia foi Jose Leopoldo. Em 1908, em decorrência da sucessão senatorial, Goiás viveu clima de intranquilidade política, desaguando numa revolução (1909). Nessa luta saíram vitoriosos, mais uma vez, os Bulhões, a esta altura apoiados por Eugenio jardim e Antônio Ramos Caiado, que posteriormente, se tornaram fortes como políticos destacando não só na área regional como na nacional.

Os desentendimentos havidos entre o grupo bulhônico e os Jardim-Caiado e o apoio da política de Hermes da Fonseca a estes, que levaram a oligarquia dos Bulhões à derrocada. A partir de 1912, a elite dominante na política goiana, vai ser a dos Jardim-Caiado, popularmente conhecida como Caiadismo. No seu início os documentos registraram “política Eugenista”. A política de Hermes da Fonseca denominou-se “Salvações”, consistia em depor os grupos dominantes em vários estados, revestindo de poderes políticos elementos de Farda.

Em Goiás recebeu o bastão do poder político o Coronel reformado Eugênio Jardim, que, por ser cunhado dos Caiados, dividiu com eles o mandonismo estadual. Após a sua morte, Antônio Ramos Caiado tornou-se o verdadeiro chefe político de Goiás. Seus contemporâneos afirmam que dirigiu Goiás como se fora uma grande fazenda de sua propriedade. Somente foi afastado do poder quando o movimento renovador de 1930 tornou-se vitorioso. Em Goiás, seu grande opositor foi o médico Pedro Ludovico Teixeira.

Nessa época inexistia em Goiás uma classe de pequenos proprietários dedicados à lavoura ou à pecuária. Em todo o estado encontramos as propriedades em mãos de poucas famílias aparentadas entre si. Dentro dessa grande propriedade, trabalhavam e viviam seus dependes: sitiantes, vaqueiros, meeiros, camaradas, jagunços, etc., num sistema patriarcal, herdado do período colonial. A diferença mais profunda encontrava-se no prestígio e no poder. Não existindo uma economia monetária. Trabalhar para alguém não significava simplesmente um contrato de serviço prestado e de salário recebido, era principalmente o estabelecimento de um laço pessoal, de confiança mútua e de dependência pessoal. O empregado tornava-se assim “homem do patrão”, num sentido real, embora sem o formalismo e sem a ideologia do antigo feudalismo. Quase poderíamos dizer que o governo só exercia sua jurisdição na capital; os coronéis, o vigário e o juiz (este último mais dependente do governo) eram mantenedores da ordem social. As distâncias, a pobreza de meios econômicos, a carência de um corpo de funcionários adequados são as causas principais deste enfraquecimento do poder central do Estado.

A Revolução de 30 embora sem raízes próprias em Goiás teve uma significação profunda para o Estado. É o marco de uma nova etapa da história. Essa transformação não se operou imediatamente, no campo social, mais no campo político. O governo passou a propor como objetivo primordial o desenvolvimento de estado. A participação efetiva de Goiás na Revolução limitou-se à ação pessoal de Dr. Pedro Ludovico. Durante sete anos tinha lutado na oposição em Rio Verde. Ao articular-se ao movimento revolucionário ele entrou no esquema mantendo-se em contato com os centros revolucionários de Minas.

Pedro Ludovico Teixeira nasceu em Goiás em 23 de outubro de 1891 e morreu em Goiânia em 16 de agosto de 1979. Foi um político importante em Goiás, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1915, tornou-se um dos líderes da Revolução de 1930 em Goiás. Foi interventor federal no estado no período de 1930 a 1933, e governador de 1935 a 1937, foi o responsável direto pela mudança da capital de Goiás para Goiânia.

Pedro Ludovico Teixeira, político goiano, fazia parte do núcleo de oposição em Goiás que se esboçava em Rio Verde, Inhumas e Anápolis, contra o poderio político dos Caiado. Pedro Ludovico reuniu um grupo de 120 voluntários de Goiás e Triângulo Mineiro com a intenção de invadir o sudoeste goiano. Perto de Rio Verde, foi preso pelas tropas Caiadistas em 4 de outubro de 1930, sendo solto logo que chegou a notícia em Goiás da vitória da revolução.

O objetivo político do Governo de Pedro Ludovico era impulsionar a ocupação do Estado de Goiás, direcionando os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios na tentativa de aumentar a produção econômica. A implantação de tal projeto só seria possível com a garantia de uma infraestrutura básica ligando o centro-oeste ao sul do país. As medidas adotadas por Pedro Ludovico: a mudança da capital; construção de estradas internas; reforma agrária e a Marcha para o Oeste.

A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam, e pela divulgação do Estado no país foi o ponto de partida desta nova etapa histórica.

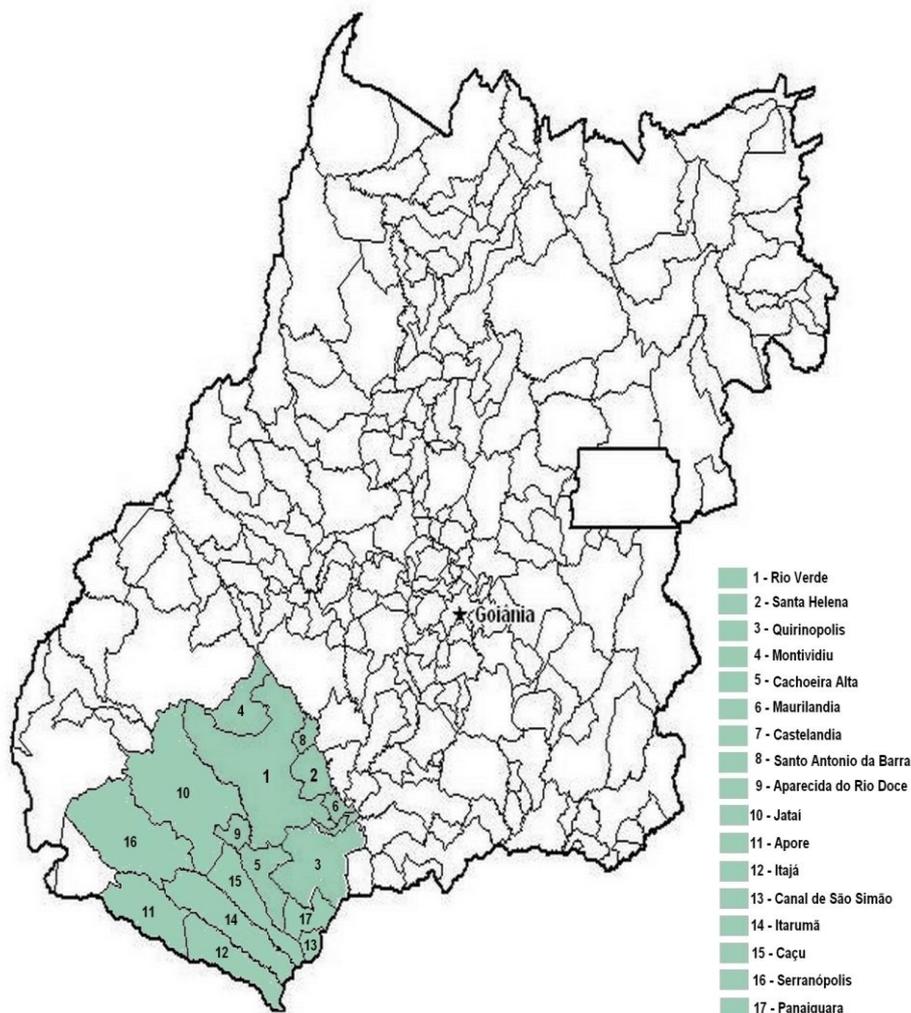
Martins (2004) apoiada em Campos (1987), Chaul (1997), e Machado (1990), afirmam que a construção de Goiânia é o marco importante da política e economia em Goiás, tendo como suporte a região do Sudoeste goiano. O momento da construção da nova capital torna Goiás um canteiro de obras, movimentando, desenvolvendo e dando ares de modernidade a uma região até então tida como atrasada.

Martins (2004) ainda considera que a inserção do Centro-Oeste na lógica desenvolvimentista, através das políticas públicas criadas, revela-nos o benefício atingido por Goiás devido à sua posição geográfica mais próxima em relação à região Sudeste do Brasil. Dentro do Estado de Goiás a região mais beneficiada foi a Mesorregião Sul. Segundo o IBGE a mesorregião Sul é composta pelas regiões Sudoeste, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão, Quirinópolis.

2.2 - O município de Rio Verde

O município de Rio Verde surgiu contendo uma imensa área territorial, ocupando grande parte da região Sudoeste e Oeste de Goiás, e adentrando pelo Estado do Mato Grosso, e nesse Estado ocupando também vasta área, porém no transcurso do século XX, o município foi diminuindo gradativamente por causa do surgimento de novos municípios. Povoados que faziam parte do território de Rio Verde foram se emancipando e em consequência disso o território diminuiu consideravelmente. Entre esses estão os municípios de Quirinópolis, que se desmembrou de Rio Verde em 31 de dezembro de 1943, através do decreto-lei estadual nº 8305; de Santa Helena de Goiás pelo decreto lei estadual nº 19, de 20-10-1948; de Cachoeira Alta elevado à categoria de município pela lei estadual nº 954, de 13-11-1953; de Maurilândia pela lei estadual nº 4925, de 14-11-1963; de Montividiu pela lei estadual nº 10393, de 30-12-1987; Castelândia pela lei estadual nº 11400, de 16-01-1991; e Santo Antônio da Barra pela lei estadual nº 11703, de 29-04-1992. Todos estes municípios integravam o seu território na época do seu nascimento, conforme foi demonstrado em mapa (figura 16, p. 45), e, segundo levantamento no IBGE.

Figura 12. Fatiamento do município de Rio Verde no Estado de Goiás

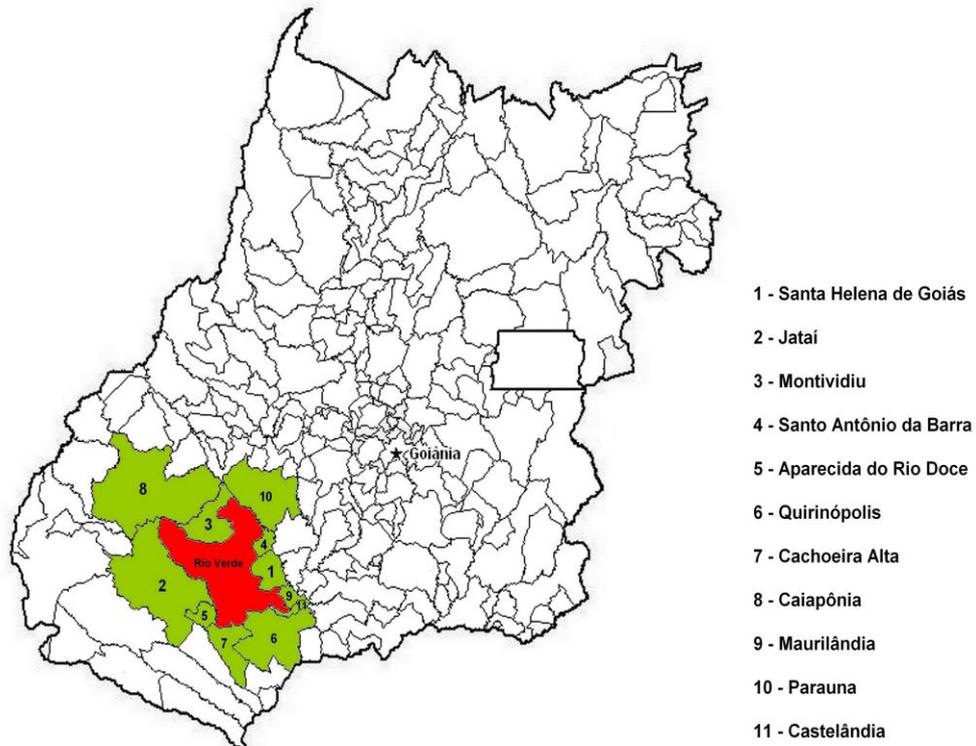


Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE

Rio Verde, cidade localizada na região Sudoeste do Estado de Goiás a 238 Km de distância da capital – Goiânia - , tem a população do município em franco crescimento e conta atualmente com 176.502 habitantes¹⁵, ocupando uma área de 8.388,295Km², com uma densidade demográfica de 21,04hab./Km². Seu município faz divisa com outros 11 municípios: Aparecida do Rio Doce, Cachoeira Alta, Castelândia, Jataí, Caiapônia, Maurilândia, Montividiu, Paraúna, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, como mostra a figura 13, o mapa sobre os municípios limítrofes de Rio Verde.

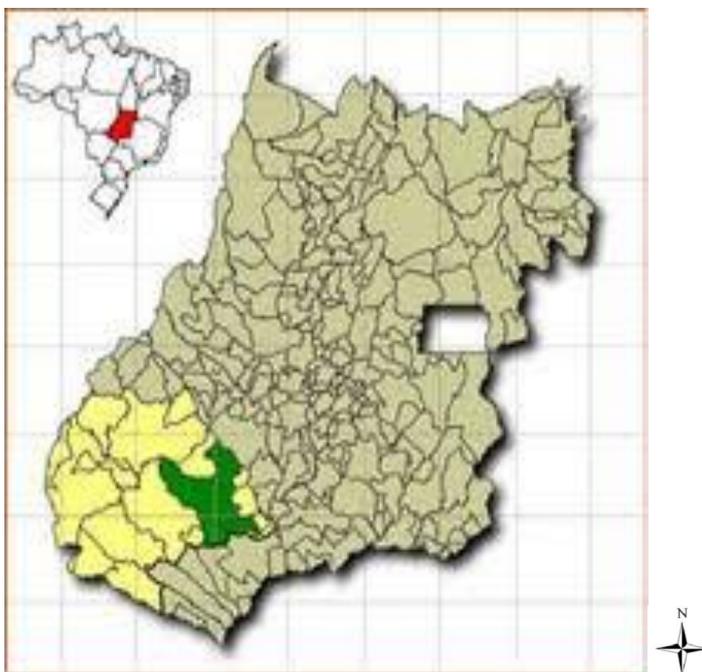
¹⁵ Fonte: Censo IBGE 2010 - <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acessado em 10/12/2012 às 13:11 horas

Figura 13: Municípios limítrofes de Rio Verde



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 14- Estado de Goiás. Destaque Região Sudoeste e Município de Rio Verde



Fonte: www.fasciniopelocroche.blogspot.com

As figuras 13 e 14 destacam o município de Rio Verde, o primeiro com os municípios limítrofes, ou seja, aqueles com os quais Rio Verde faz divisa, após ocorrerem as emancipações de diversos municípios, e no segundo destaca o município dentro da e a região Sudoeste de Goiás.

O primeiro incentivo para a ocupação do Sudoeste Goiano aconteceu a partir no início do Século XIX pela Lei nº11 de 5 de agosto de 1838, que dava a isenção de pagamento de impostos por 10 anos, para criadores de gado bovino e equino na região sul de Goiás.

Por volta do ano de 1840, chegaram à região de Rio Verde os primeiros moradores, tratava-se de José Rodrigues de Mendonça, sua esposa, Florentina Cláudia de São Bernardo e seus oito filhos, que se estabeleceram a seis léguas de onde hoje é a cidade de Rio Verde, num local onde seria mais tarde a Fazenda São Tomaz.

Cunha Neto (1988) cita que em 25 de agosto de 1846, José Rodrigues e sua mulher doaram sete sesmarias¹⁶ de suas terras para o patrimônio da igreja e para a construção de uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores. Segundo Campos (1971) a escritura dessa doação foi lavrada pelo padre Serafim José da Silva, e se acha anotada no livro de notas nº10, fls. 58 e 58 v, do cartório do 1º ofício, comarca de Rio Verde. A partir daí, surgiu o Arraial de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde. Cunha Neto (1988), afirma que a grande distância da capital Vila Boa, fez com que seus habitantes sentissem a necessidade da criação do município, o que ocorreu em 1862, quando se desmembrara da sede provincial, constituindo-se célula autônoma e independente.

Em 05 de agosto de 1848, através da Lei Provincial, o Povoado foi elevado à categoria de Distrito (Freguesia) de Rio Verde, conforme a transcrição no anexo 1.

Na resolução de nº6 de 05 de agosto de 1848 ficam demarcados os limites do município da freguesia da Capella de Dores do Rio Verde, conforme transcrição feita por Cunha Neto (1988, p. 39):

(...) proponho como mais conveniente a que partisse da barra do Caiapó do Sul no Parahyba até suas vertentes na serra da Santa Martha, e d'ahy pelo caminho mais breve até as primeiras vertentes do Caiapó do Norte, por este até sua foz no Rio

¹⁶ A Sesmaria era a concessão de terras no Brasil pelo governo português com o intuito de desenvolver a agricultura, a criação de gado e, mais tarde, o extrativismo vegetal, tendo se expandido à cultura do café e do cacau. Ao mesmo tempo, servia para povoar o território e a recompensar nobres, navegadores ou militares por serviços prestados à coroa portuguesa. O sistema de sesmarias do Brasil era um prolongamento do sistema jurídico português, estabelecido pela lei de 26 de maio de 1375 e baixada por D. Fernando. A sesmaria representava a exploração econômica da terra de maneira rápida, tendo fundamentado a organização social e do trabalho desenvolvida no Brasil, assim como o latifúndio monocultor e escravagista. Só em 1812 as sesmarias foram oficialmente extintas. Em Goiás segundo apontam documentos a sesmaria para a criação de gado era de 1 légua por 3 em quadra.

Grande, ou Araguaia, que serviria finalmente de limite até sua confluência no Tocantins.

Segundo Campos,

os limites da nova freguesia se estendiam indefinidamente. A confluência do Rio Pardo com o Rio Paraná fica no ponto mediano da linha divisória Sudeste de Mato Grosso. Deste ponto, subindo o rio Pardo e em linha reta até a cabeceira do Rio Araguaia, Goiás avançava sobre grande parte do território do Mato grosso, legitimamente, porém, ocasionou um litígio que perdura até hoje (1971). (ver Figura 6)

Dentro desses limites ficavam os territórios que hoje formam os municípios, em Goiás, de Rio Verde, Jataí, Aporé, Itajá, Cachoeira Alta, Canal de São Simão, Itarumã, Caçu, Serranópolis, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, Mateira; e em Mato Grosso, de Cassilândia, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Camapuã, parte de Coxim, parte de Rio Verde do Mato Grosso, Alto Araguaia, Alto Garças e Itiquira. (1971, p.25)

Figura 15- Município de Rio Verde na época de sua criação



Fonte: Elaborado pelo autor segundo descrição do historiador Onaldo Campos

A figura 15, mapa do município de Rio Verde na época de sua criação, demonstra a preocupação do governo imperial em ocupar uma extensa área existente naquela época, tanto que o município se encontra na região Sudoeste de Goiás e adentra pelo Mato Grosso ocupando uma faixa de terra bem maior que a área estabelecida em Goiás.

Segundo o IBGE,

Em primeiro de novembro de 1865, uma coluna de três mil soldados, a caminho da Guerra do Paraguai chega ao povoado. O grupo não fica imune ao espírito sarcástico de pessoas do lugar e é apelidado de abóboras, em referência à grande quantidade de plantação de abóboras na época. Como a vila não tinha outra alimentação para o exército que acabara de chegar, os soldados só comiam abóboras, escreveu o Visconde de Taunay. Já em cinco de agosto de 1848, através da Lei Provincial, a Vila foi elevada à categoria de Distrito de Rio Verde.¹⁷

A primeira escola primária foi criada em 1851, e em 1872 a cidade contava com 28 alunos matriculados no curso primário, todos do sexo masculino. No dia 4 de março de 1876 foi criada uma escola para o ensino do sexo feminino. Campos (1971) afirma que em 1872 a população do município, segundo o recenseamento passava de 4.000 habitantes, era composta quase em sua totalidade de criadores de gado – em grande escala - e homens dedicados à lavoura, por ocuparem uma vasta região estão muito dispersos, havendo entre eles muitos lavradores abastados, cujas fortunas constantes de escravos, gados e terras.

No século XIX a principal fonte de renda da Vila das Dores do Rio Verde era a pecuária. Nesta época praticamente não havia a circulação de moeda, as transações eram feitas com porções de ouro, e as grandes transações de gado sequer eram realizadas no município, e sim, em Uberaba e Passos (MG.) ou Barretos (SP), já as transações de terras eram feitas em São Paulo.

Cunha Neto (1988) mostra o primeiro código de posturas para Vila do Rio Verde que foi estabelecido pelo então presidente da Província de Goyaz Augusto Ferreira França, através da Resolução nº402 de 04 de agosto de 1865, o documento regulamenta os assuntos: Estradas, Ruas e Praças; Saúde; Tranquilidade; Segurança de Propriedade e Abastança.

No item Estradas, Ruas e Praças, a câmara buscava ordenar as novas construções exigindo o prospecto de aprovação, caso não o fizesse seria multado em mil réis. No item saúde o documento proibia a existência de curtumes e de chiqueiros dentro da cidade, e exigia que os animais a serem comercializados fossem abatidos apenas no matadouro. E o fato mais relevante deste item era o que o pai de família que tivesse algum membro da família com doença contagiosa, mania ou loucura, deveria deixá-lo em casa trancado, caso contrário este seria multado em 2.000 réis ou preso por dois dias.

¹⁷ Fonte: Site do IBGE. Biblioteca – Documentação territorial do Brasil (http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs_detalhes.php?id=1298) – acessado em 20/11/2012

No ítem tranquilidade destacava-se a proibição do funcionamento de tavernas após as 22 horas até o amanhecer. E se algum escravo fosse encontrado bêbado seria preso e entregue ao seu senhor para castigá-lo. Quanto à segurança e trabalho a exigência que mais se destacava tratava da fiscalização dos comerciantes que deveriam aferir as balanças pelo menos uma vez por ano. E quanto ao item abastança buscava ordenar os comerciantes de gênero alimentícios, que deveriam vender apenas no varejo.

Em 1882, no dia 31 de julho, Rio Verde foi elevada a categoria de cidade através da lei Provincial nº670. (Ver anexo 2).

O viajante Leal assim descreve Rio Verde em 1882¹⁸:

(...) eis nos pois na terra das abóboras e num dos pontos mais ao sul de goiás, a noventa léguas de Uberaba.

(...) A cidade do Rio Verde compõe-se apenas de uma rua bastante extensa e sem nome, de duas outras de somenos importância e de uma praça pouco edificada onde está a matriz e a cadeia. A matriz é um templo mal construído, pequeno e sem nada de notável. O prédio chamado cadeia é de sobrado e n'elle funciona o jury e intendência municipal.

(...) as casa d'alli são em geral mal construídas e muito mal divididas interiormente e a argamassa das paredes é feita com excremento de gado.

(...) tem mais tavernas, quatro oficinas de carpinteiro, uma de alfaiate.

(...) Há pouca indústria, porém é preciso se diga, o Rio Verde é no estado Goyano um dos principaes pontos de renda e um dos lugares onde corre mais dinheiro. As artes encontram ali franca coadjuvação.

A maior riqueza do município está na criação de gado, que exporta anualmente de dez a quinze mil cabeças. N'esta quadra do anno nota-se grande movimento de boiadeiros, quase todos residentes nos visinhos estados de Minas e S. Paulo.

Figura 16- Edifício da Fundação de Cultura e sede da Academia Rio-Verdense de Letras, Artes e Ofícios. Situado à Rua São Sebastião, nº 511 – Centro



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

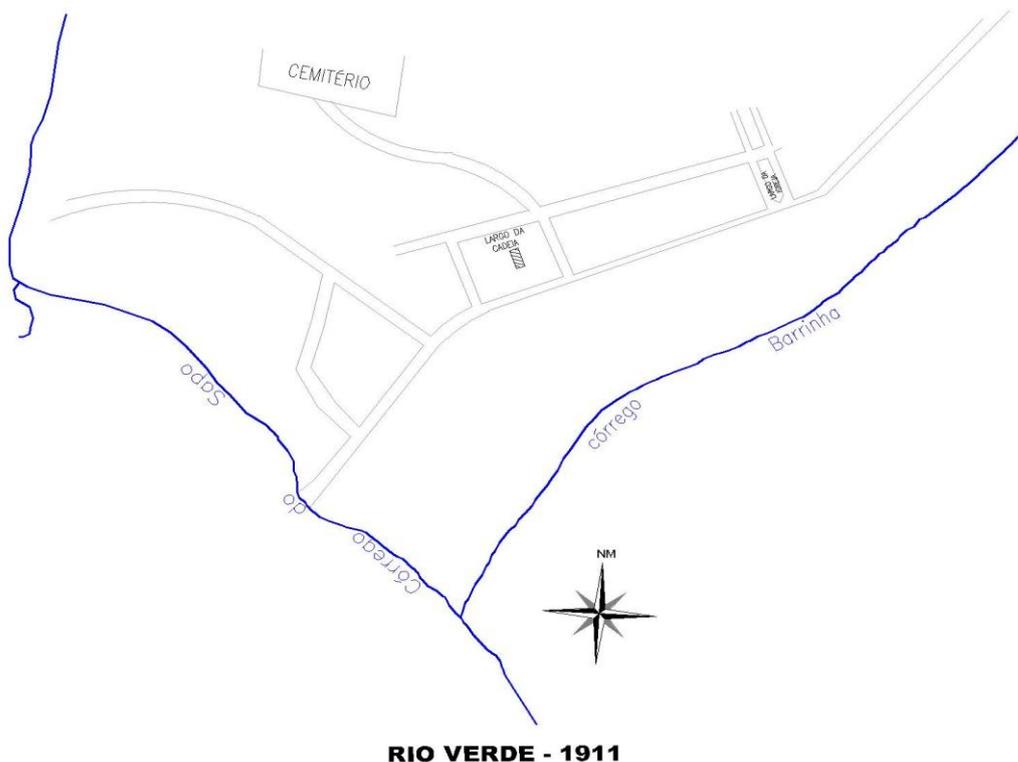
¹⁸ LEAL, Oscar. Viagem às terras Goyanas (Brazil Central).

O sobrado ilustrado na figura 16 é o primeiro sobrado construído na cidade. Frederico Gonzaga Jaime era morador da cidade de Pirenópolis e se mudou para Rio Verde em 1888 comprando a casa (parte da edificação de um pavimento) e resolveu fazer uma ampliação que durou cerca de 24 anos, durante o período de 1888 a 1912. Após o término da construção do sobrado ele fez uma integração das duas partes – parte térrea com o sobrado - ficando a edificação com as características atuais. Neste início de século XXI (2013) o prédio abriga a Fundação de Cultura e também é sede da Academia Rio-Verdense de Letras, Artes e Ofícios.

Em 05 de novembro de 1888, às dez horas do dia, em reunião solene na câmara municipal da Vila de Rio Verde, na presença de várias autoridades locais, foi feito o termo de posse da Cidade de Rio Verde, para que ela passasse a gozar de todas as regalias e privilégios inerentes ao fôro de cidade de conformidade com as leis em vigor à época.

Segundo Cunha Neto (1988), em 1911 a cidade de Rio Verde – parte urbana - contava cerca de 2.000 habitantes; começava a realizar os primeiros serviços de canalização de água; possuía duas escolas municipais cada uma com frequência perto de cem alunos em cada estabelecimento; estava formando a biblioteca municipal; possuía o Paço Municipal, o prédio da Caixa D'água (Cachopa), o prédio do Instituto de ciências e Letras e o Cemitério Municipal.

Figura 17- Rio Verde início do século XX



A figura 17, o mapa de 1911 (1º registro gráfico da cidade) nos mostra o formato da cidade revelando-nos a existência de menos de uma dezena de ruas, e mesmo com o crescimento da cidade nos anos seguintes esta parte do traçado (regular) foi mantida, devido às alterações posteriores os quarteirões que se tornaram menores.

Segundo Estevam (2004), até o início dos anos 1930, Goiás continuava em ritmo de tempo próprio, com relação ao desenvolvimento econômico brasileiro, conservando sua tradicional e peculiar organização rural.

Figura 18. Edificação centenária situada à Praça São Sebastião – Centro



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

A figura 18 mostra-nos uma edificação residencial centenária que guarda suas características originais, bem conservada, localizada no coração cidade, na Praça São Sebastião esquina com a Rua Nilo Peçanha. Região em que Rio Verde nasceu. Ela vem vencendo a barreira do tempo e a especulação imobiliária, numa demonstração que a cidade dentro do possível busca respeitar suas memórias.

Figura 19. Edificação situada à Praça São Sebastião – Centro
Casarão remanescente da cidade no século XIX. Nele está funcionando provisoriamente a biblioteca Pública Municipal enquanto o edifício sede da biblioteca passa por reforma



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

A figura 19 nos mostra uma edificação também bem conservada localizada na Praça São Sebastião, em uso pelo poder municipal, nela funciona provisoriamente a biblioteca Pública Municipal enquanto o edifício sede da biblioteca passa por reforma. É bom lembrar que a biblioteca vem funcionando nesta edificação precariamente, com livros empilhados a um bom tempo, estivemos por duas vezes no local com um intervalo entre as visitas de pelo menos oito meses, e nas duas vezes o encontramos nesta condição.

Já a figura 20, na página 60 desta dissertação nos mostra um edificação de dois pavimentos – sobrado. Esta importante edificação foi criada pelo poder público municipal e demorou cerca de 50 anos para ser construído. Nele funcionou a intendência municipal – sede do poder do município àquela época – a cadeia e o fórum da cidade. No início do século XXI o prédio abriga o Centro livre de Artes do município.

Figura 20. Sobrado onde funcionou a intendência municipal e funciona atualmente (2013) o Centro livre de Artes do município.



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

Nacionalmente, a década 1930 foi um marco para o desenvolvimento econômico, houve um grande avanço na industrialização do país, deslocando o centro dinâmico da economia. Com esta nova realidade surgiu a necessidade de abrir a fronteira agrícola do Centro – Oeste, criando regiões abastecedoras para a nação, principalmente para a região Sudeste do país, o que seria também uma maneira também de atrair pessoas e povoar o cerrado, a segunda região mais extensa do país, perdendo somente para a amazônica. Desta forma buscava resolver a questão do abastecimento, intensificar e consolidar o território do Oeste do Brasil.

A partir de 1930 com a política de integração do Governo Vargas, a ocupação do cerrado goiano passou a ser visto como prioridade nacional. O Brasil buscava a integração do sertão com o litoral através da Marcha para o Oeste, que se iniciou em Rio Verde. A possibilidade de modernização de Goiás começava a sair do plano das intenções para se tornar realidade.

Estas mudanças objetivavam tornar o cerrado produtivo e lucrativo, mudando radicalmente, sua configuração sócio - espacial do território goiano. A paisagem antiga do cerrado foi transformada pelas grandes plantações – monocultura -, o que era rural. Tornou-se agrícola num breve espaço de tempo.

Figura 21. Igreja da matriz¹⁹ – Praça São Sebastião, Centro – local onde surgiu a cidade.



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

Foram criados outros projetos, que buscaram intensificar e consolidar o território nas regiões Centro e Norte do Brasil. Para o Centro-Oeste foi criada a CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás – implantada em Ceres, onde depois nasceria uma cidade que levaria o mesmo nome da deusa grega. Historiadores goianos afirmam que somente Anápolis se beneficiou com este projeto, devido à sua localização estratégica que permitiu a exploração comercial, principalmente por causa da maior facilidade de transporte dos produtos que eram trazidos da Colônia. Mas, os agentes principais de consolidação do Centro-norte brasileiro foram mudança da capital de Goiás, com a construção de Goiânia, e principalmente a construção de Brasília, que assim, pôde se inserir no contexto nacional. Segundo Moraes (2003) a construção de Brasília transferindo a capital do Brasil para o Planalto Central é o

¹⁹ IGREJA SÃO SEBASTIÃO - Na época da revolução de 1930 Pedro Ludovico Teixeira morava em Rio Verde. Essa igreja lhe serviu de trincheira, eles ficaram escondidos no porão e no topo. Em cima dessa igreja havia guerrilheiros. O padre Mariano foi enterrado nela. <http://www.rioverdegoias.com.br/i.php?si=aci&id=13> – acessado em 2/11/2013

marco definitivo na consolidação do avanço do Centro-Oeste no mercado nacional, pois de Brasília surgiram novas estradas interligando-a com as outras regiões do país.

Outro fator relevante foi a mudança da capital de Goiás – Vila Boa – para Goiânia, em 1934. E mais tarde a mudança da capital federal para Brasília, construída num prazo recorde quatro anos – iniciando em 1956, e tendo sua inauguração ocorrida em 1960.

Na década de 1960, a inserção do Centro-Oeste e Goiás se deu em função da técnica, da pesquisa que fizeram com que o solo improdutivo, o solo do cerrado considerado até então ruim – ácido - com apenas 5% de produtividade, se tornasse agricultável, que pôde ser alterado com o uso de instrumentos – maquinários – e de insumos agrícolas – calcário – transformando-se em terra de primeira qualidade, excelente para a implantação do agronegócio, a ema figura principal, típica do cerrado, vivendo agora no meio das lavouras de soja.

Além dos investimentos públicos, através de vários programas de incentivo à pesquisa. Em 07 de dezembro de 1972 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (EMBRAPA) através da Lei nº 5.851. Um ano depois em Goiás, foram criados a Empresa Goiana de pesquisa Agropecuária (EMGOPA) e o Instituto de Pesquisas Agropecuárias de Goiás (IPEAGO).

A partir de 1970 o Governo Federal assumiu um papel fundamental como agente na modernização da agricultura na Região Sudoeste de Goiás, através da criação de programas como a PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para investimentos na infraestrutura. PRONAZEM – Programa Nacional de Armazenagem, visando a participação do setor privado nos investimentos em silos e armazéns, e o PROCAL - Programa Nacional de Calcário Agrícola, para utilização dos corretivos de solo e fertilizantes.

O Centro-Oeste foi privilegiado com políticas públicas para o desenvolvimento de sua área produtiva, muito em função de seu posicionamento estratégico favorável, no entroncamento rodoviário, localizando o município às margens da BR-060 que liga Goiânia a Cuiabá; com a BR-452 que liga Rio Verde a Uberlândia e com a GO-174, que liga Rio Verde ao Norte de Goiás, que fizeram da cidade um atrativo para movimentos migratórios, aterando sua população à partir de 1950.

Para o Sudoeste goiano alterar sua condição de região atrasada se transformando em região de destaque, além destes fatores, foram decisivas as medidas governamentais tomadas na década 1970, através dos inúmeros projetos que liberaram as linhas de crédito em favor do plantio de soja e outros produtos no cerrado, os investimentos na abertura de novas rodovias permitindo a ligação com as demais regiões do país e possibilitando o escoamento da

produção até os portos para a exportação. Essas atitudes somadas oferecem as condições para implantação do agronegócio, deslocando o eixo das grandes produções em regiões situadas fora do eixo Sul-Sudeste.

Um fator importante digno de destaque ocorreu no ano de 1969: a revista Isto É (edição 1742)²⁰ destaca que o início da transformação do município, se deu com a mudança de 80 famílias de americanos agricultores menonitas²¹, que fundaram uma colônia no município de Rio Verde. Liderados por Daniel Krammer, 77 anos, ex-consultor civil de Ohio, os missionários arremataram 3,2 mil hectares de mata fechada. Para poder comprar as terras Krammer teve que vender tudo que possuía a época nos Estados Unidos, juntando US\$ 15 mil e com sua esposa e seis filhos assumiram sua parte de 480 hectares. A colônia de americanos foi a responsável pela primeira super-safra de Rio Verde.

2.3- A revolução verde e os agentes transformadores de Rio Verde

Para Marouelli (2003), o período da Revolução Verde compreende as décadas de 1950 a 1985, mas só no final da década 1960 e início da década 1970, os avanços em pesquisas nas áreas químicas, genética e mecânica, levaram-na a um dos períodos mais relevantes da história recente da agricultura, pois possibilitava a consumação de uma utopia: acabar com a fome no mundo.

A Revolução Verde tinha como princípio a melhoria do desempenho dos índices de produção agrícola, o que só ocorreria por meio da substituição do modelo de produção tradicional, por um conjunto de práticas tecnológicas:

- plantação de vegetais melhorados através de pesquisas;
- fertilizantes de alta sensibilidade;
- agrotóxicos mais poderosos;
- irrigação das áreas plantadas;
- mecanização do campo.

²⁰ REVISTA ISTO É, EDIÇÃO nº 1742 de 19/02/3003. Acesso em 13 de agosto de 2013, às 11:25hs. http://www.istoe.com.br/reportagens/17046_VERDE+QUE+TE+QUERO+DOLAR

²¹ Menonita: é um grupo de denominação cristã que descende diretamente do movimento anabatista, surgiu na Europa no século XVI, na mesma época da Reforma. Tem o seu nome derivado do teólogo frísio Menno Simons (1496-1561).

Todos estes fatores contribuíram para que fosse extinta uma grande preocupação humana: o fim da escassez crônica de alimentos.

A Revolução Verde se espalhou rapidamente por vários países, porém a euforia das grandes safras, mais tarde – década de 1990 - , cederia lugar às preocupações relacionadas aos impactos sócio - ambientais. Ainda Marouelli (2003), no que diz respeito à produtividade a Revolução Verde foi um sucesso, da década 1950 à década 1985 foi possível alterar a produção mundial de cereais de 700 milhões de toneladas para 1,8 bilhão de toneladas.

O Brasil entrou na onda da Revolução Verde, criando vários projetos para a implantação da monocultura de alimentos, com linhas de crédito favorecendo exclusivamente aos grandes produtores de soja, arroz, milho, etc. O crédito agrícola teve um papel fundamental para uma melhor competitividade internacional. O governo criou linhas de crédito especiais atrelados á compra de insumos agropecuários, este mecanismo ampliou a dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtor de insumos. Neste processo os grandes fazendeiros foram considerados mais adequados ao processo de modernização e ao desafio de tecnificar a agricultura brasileira do que os pequenos proprietários, chamados de produtores familiares. Grande parte dos produtores familiares foi excluída pelos benefícios governamentais. As monoculturas de grãos, altamente mecanizadas, exigiam escala de produção máxima, situação não alcançada pelos pequenos produtores. Esta condição expulsou os pequenos produtores do campo, fazendo com que estes passassem a habitar os centros urbanos, gerando inchaços nas cidades e causando inúmeros problemas sociais.

O cerrado brasileiro foi escolhido para a implantação de projetos voltados às grandes lavouras. O cerrado ocupa um quarto do território brasileiro, é o segundo bioma do Brasil perdendo apenas para a Amazônia, possui pouco mais de 200 milhões de hectares, abrigando um rico patrimônio de recursos naturais. Destes, 155 milhões estão no Planalto Central.

Mais de 80% da área de cerrado contínuo são ocupados por ecossistema de chapada, áreas de recarga hídrica do bioma, uma verdadeira caixa d'água do território brasileiro, que capta e distribuem as águas da maior parte das bacias do São Francisco, do Araguaia/Tocantins, a parte alta da bacia do Paraná e partes importantes das bacias do Atlântico Norte-Nordeste, dos afluentes da margem direita do Amazonas a do Atlântico Leste. As chapadas de transição com a Mata Atlântica e a Caatinga são responsáveis pelas cabeceiras de outras bacias, como as dos rios Pardo e Jequitinhonha.

Silva (2009, p. 15) afirma que “há um silêncio sobre o Cerrado brasileiro. Apesar de ser a mais importante savana do planeta, a região é apresentada quase sempre como o espaço a ser incorporado pela grande produção agropecuária de exportação do país”.

Para muitos e popularmente, o cerrado é considerado o primo pobre dos biomas brasileiros, em função de sua vegetação rala, árvores tortas, sem utilidade e sem beleza, considerada, portanto sem valor social, econômico ou ecológico, e também sem os atrativos turísticos de um pantanal, de uma floresta Amazônica e atlântica.

Estes fatores o credenciaram a ser o bioma a ser alterado/destruído, e a rápida modificação da cobertura vegetal da região de cerrado, com a sequente e contínua expansão da monocultura de espécies exóticas, principalmente o eucalipto e a soja que são devoradoras de água, vem multiplicando problemas. Enquanto a vegetação nativa produz entre 10 e 40 toneladas de biomassa por hectare, o eucalipto produz mais de 300 toneladas. 2/3 da biomassa é composta de água, a colocação dessas plantações artificiais altera todo o ciclo hidrológico regional, afeta a recarga hídrica abastecedora do lençol freático, provocando as nascentes e secando os cursos d'água.

Numa sociedade capitalista, é óbvia, a força do capital, que se impõe sempre, e as consequências dessa prática – alteração da cobertura vegetal natural por outra cobertura “estranha” – produzem os danos ao meio ambiente, e estes já começam a ser notados, com pessoas importantes da sociedade rioverdense buscando alternativas para atrair investidores para outros setores da economia como o turismo, possibilitando à cidade uma outra vertente para o desenvolvimento, e, com isto, também atrair novos moradores.

Para a cidade de Rio Verde sair da antiga situação de cidade pecuarista e alcançar o posto de referência nacional no agronegócio, muitos fatos importantes ocorreram ao longo de praticamente três décadas (1970, 1980 e 1990), podendo ser destacados três como principais:

1- Incentivo do governo federal com a criação do projeto POLOCENTRO para a região Centro-Oeste do país, ocorrido no início da década de 1970. Este projeto promoveu a abertura dos cerrados para o cultivo da agricultura (monocultura), e com este, surgiram às construções das estradas pavimentadas que ligam a cidade de Rio Verde Goiânia, e a Itumbiara, para promover o escoamento da produção. A partir deste período (década de 1970) a agricultura no cerrado começou a florescer, com destaque na região Sudoeste de Goiás. No princípio a situação era difícil para os agricultores, devido à falta de infraestrutura, e mesmo com tal precariedade, Rio Verde atraiu produtores do Sul e do Sudeste do país. Estes produtores, principalmente os gaúchos, chegaram a região atraídos pelo preço da terra, que era muito barata comparada às terras do Estado do Rio Grande do Sul, onde o hectare custava

três vezes mais que o hectare goiano. Eles trouxeram experiência no trabalho de lavoura mecanizada, adquiridas no sul do país.

2- A partir de 1974, os produtores começaram a se reunir às margens da rodovia BR-060, no km 421, no Posto Horizonte, (local que se tornara o ponto de encontro dos produtores rurais, onde acostumavam abastecer seus veículos), na busca de criar uma cooperativa que pudesse resolver os problemas da falta de insumos e de galpões para o armazenamento da produção. No ano de 1977 o grupo alcançou a quantidade de cinquenta (50) sócios cotistas e deram o primeiro passo para resolverem esta deficiência, e à partir daí fundaram a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. – COMIGO -, o que só foi possível consolidá-la somente em 1982, quando alcançaram mais de quatro mil sócios.

3- Rio Verde consolidou sua posição de destaque no cenário nacional no agronegócio, com a vinda da PERDIGÃO para o seu município em 2000. A mudança da empresa alavancou a economia não só da cidade de Rio Verde, bem como dos municípios vizinhos, uma vez que a PERDIGÃO trouxe consigo inúmeras outras empresas satélites, gerando milhares de novos empregos, na região.

Desde a implantação da indústria da Perdigão em 2000, o Produto interno bruto de Rio Verde vem crescendo sistematicamente a ponto de aumentar mais de 100% num período de cada 5 anos, de forma que na primeira década do século XXI houve um aumento de 4,21vezes. Segundo o IBGE, saindo de 987,518 milhões em 2000, para atingir as cifras de 4.160.500 quatro bilhões, cento e sessenta milhões em 2010. Dividindo este valor pelo seu número de habitantes, lhe dá um Produto Interno Bruto por habitante de R\$ 23.571,97.

Estes valores levaram-na à condição de cidade mais importante do Sudoeste Goiano, o quarto município mais rico de Goiás, ficando atrás apenas de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, e graças a estes números o município se tornou um importante Pólo de Desenvolvimento Regional, com destaque no cenário nacional.

Tabela 4. Tabela comparativa do PIB em Rio Verde

PIB/ANO	2000	2005	2010
PIB (R\$ MIL)	987.518,92	2.353.796,17	4.160.500,54

Fonte: tabela elaborada pelo autor seguindo dados do IBGE

2.3.1- O projeto Polocentro

Os resultados não satisfatórios das políticas de aberturas e ocupação da Amazônia e o desejo de dar densidade econômica a extensas áreas do Brasil Central levaram o governo federal à criação de inúmeros programas de incentivo ao aumento da produção. Em 1975, foi criado para a Região Centro-Oeste o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro). O programa liberava o cerrado para o plantio das grandes lavouras, e selecionou 12 áreas de cerrados que contava com alguma infraestrutura e razoável potencial agrícola. Essas áreas receberam recursos para investimentos em melhorias da infraestrutura já disponível e foram também beneficiadas por um generoso programa de crédito subsidiado a agricultores que se dispusessem a cultivá-las.

Figura 22. Plantação de soja



Fonte: www.globorural.com.br

O Polocentro tinha como objetivo propiciar a ocupação racional e ordenada dos cerrados, difundindo a tecnologia agropecuária, permitindo elevados níveis de produtividade, e ao mesmo tempo, aumentando e preservando a fertilidade do solo, coisa que dependia muito de investimentos já que as terras do cerrado até o final da década de 1960 era tida imprópria para a plantação de lavouras, pois possuía apenas 5% de fertilidade.

O Programa beneficiou, principalmente, médios e grandes produtores no período em que vigorou (1975-1982). Nesse período foram aprovados 3.373 projetos, em um montante de

recursos equivalente a 577 milhões de dólares²². Dos beneficiários, 81% operavam áreas de mais de 200 hectares, que absorveram 88% do crédito oferecido.

O Polocentro transformou a agricultura de subsistência em agricultura empresarial, no sentido de uso de práticas agrícolas modernas e a integração com o mercado, através de ampla assistência técnica, apoio financeiro e de infraestrutura. As principais razões do Polocentro eram demonstrar a viabilidade econômica da utilização dos cerrados para agropecuária, revelando que a ocupação indiscriminada dessas terras, sem a utilização de tecnologia adequada, envolvia altos riscos, com prejuízos para a economia do País e para empresários agrícolas.

A estratégia do Programa consistia em criar pólos de desenvolvimento, localizados de modo a facilitar a difusão da tecnologia agrícola adequada para toda a extensão dos cerrados. A sua ação foi desenvolvida através da integração entre a pesquisa, assistência técnica, crédito rural orientado e apoio de infraestrutura. Desde o início do Programa já havia uma tecnologia que permitisse e mesmo recomendasse o início do aproveitamento racional dos cerrados – com o objetivo de evitar a degradação do seu solo com uma ocupação indiscriminada.

A princípio, o apoio de infraestrutura do Polocentro estava voltado para garantir condições mínimas de armazenamento, transporte e eletrificação nas áreas de maior potencial produtivo. Quanto à armazenagem, foi feito um balanço da capacidade armazenadora existente em áreas selecionadas, e da perspectiva de expansão, permitindo a adequada localização dos armazéns. Logo após as primeiras safras percebeu-se a ineficiência neste setor surgindo a necessidade da criação de uma cooperativa que pudesse construir novos armazéns para guardar o produtos das safras e também colocar insumos com preços mais competitivos para os produtores.

O transporte era proporcionado às jazidas de calcário e áreas de maior e imediato potencial produtivo. A energia (combustíveis) era voltada para garantir o suprimento necessário para a moagem de calcário e facilitar o emprego de equipamentos modernos. A análise do desempenho do POLOCENTRO, ao final do terceiro ano de execução, indicava que o mesmo vinha obtendo resultados acima da expectativa inicial.

²² Marouelli, Rodrigo Pedrosa. O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro. Monografia. p.26

Figura 23. Colheita da soja.



Fonte: www.veja.abril.com.br

A produtividade conseguida nos projetos do POLOCENTRO foi sendo elevada, em decorrência das pesquisas desenvolvidas, do aperfeiçoamento da capacidade empresarial para o cerrado e da utilização mais intensa de capital, permitindo uma maior produção por hectare com duas ou mais culturas anuais aproveitando a mesma área e reduzindo os riscos.

O POLOCENTRO teve como objetivo, destinar 40% da área explorada dos estabelecimentos às lavouras e os restantes 60% às pastagens. O resultado foi justamente o inverso, sendo que a soja ocupou a maior parte, ficando o arroz em segundo lugar nas áreas de lavoura. Um importante componente desse Projeto foi o incentivo à pesquisa agrônômica, desenvolvendo tecnologias para o cultivo produtivo e rentável dos solos ácidos e de baixa fertilidade dos cerrados. O POLOCENTRO transferiu para a Embrapa recursos para a intensificação de pesquisas, sendo feito com grande sucesso.

Os resultados obtidos pelo Programa demonstraram uma relação benefício/custo, em termos sociais e econômicos, altamente positiva para o País. Destacando-se as seguintes realizações: rápido retorno financeiro; criação de grande número de empregos; oportunidade para pequenos agricultores; preservação dos solos dos cerrados; aperfeiçoamento da tecnologia de uso dos cerrados; e estabelecimento de facilidades para expansão da fronteira agrícola.

O Polocentro foi bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial nos cerrados, tendo o governo “pago” aos agricultores para que cultivassem a terra em seu próprio proveito, presumindo que seu impacto indireto tenha sido maior que o impacto direto.

2.3.2- Cooperativa COMIGO

A COMIGO²³ foi fundada em 1975, em Rio Verde, Sudoeste do estado de Goiás, por um grupo de cinquenta produtores rurais. Na época, o objetivo era atender a demanda por armazenagem de arroz (principal produto) e milho, e ainda fornecer insumos básicos como sacaria, fertilizantes, sementes e óleo lubrificante. Cada cooperado entrou com recursos da ordem de US\$ 4 mil dólares.

A ideia germinou e frutificou. Veio a primeira loja de revenda de bens de consumo e de insumos. Também foi construído o primeiro armazém numa área adquirida de 114 hectares, onde é hoje o complexo industrial da Cooperativa, às margens da BR - 060, saída para Jataí.

Em 1982, foi iniciada a construção da indústria de processamento de soja e de três armazéns graneleiros, com intuito de agregar valor à produção da cooperativa e evitar que essa soja fosse processada em outros Estados. Em 1983, essas obras foram concluídas, mesmo ano em que inicia seus respectivos funcionamentos.

Nos anos seguintes, a COMIGO, na busca de ampliar a diversificação de suas atividades, começa a investir na fabricação de outros produtos como óleo de soja refinado, farelo de soja, sabão, rações, produtos lácteos (leite pasteurizado, requeijão cremoso, manteiga, creme de leite pasteurizado, iogurte, doce de leite, e vários tipos de queijo), fertilizantes, sementes e sal mineral.

A partir de 1988, a cooperativa passou a atuar como agente do capital financeiro, através de duas cooperativas de crédito a Credi-Rural COMIGO (Cooperativa de Crédito Rural) e a Credi-COMIGO (Cooperativa de Crédito) que, inclusive, tem compensação de cheques própria.

Com bons resultados e consolidação da ideia da cooperação, cidades vizinhas começaram movimentos para que a COMIGO ali se instalasse: Santa Helena, Jataí,

²³ Texto histórico extraído do site da cooperativa COMIGO - <http://www.comigo.com.br/> histórico. Acessado em 12/05/2013 às 12:33 horas.

Montividiu, Jandaia, Paraúna, Acreúna, Serranópolis, Indiara, Iporá, Caiapônia, Montes Claros e Palmeiras de Goiás.

Lojas agropecuárias e armazéns foram construídos nesses municípios, ao longo dos 37 anos de existência da Cooperativa, procurando atender o seu cooperado em toda a região.

No setor armazenador, a COMIGO possui uma capacidade de 1.312.620 toneladas de grãos, com instalações estrategicamente localizadas, procurando sempre reduzir a distância das lavouras ao armazém.

Figura 24. Vista aérea da Cooperativa COMIGO em Rio Verde



Fonte: www.coopertivismo.org.br

Aproveitando a expansão da soja nos cerrados goianos, com a utilização moderna de insumos e com boa correção de solo por parte dos produtores rurais, a COMIGO partiu para a industrialização.

Um dos passos mais importantes dados pela COMIGO foi a instalação da indústria de esmagamento de soja, para a produção de óleo e farelo, em 1983. Ato pioneiro no estado. Deixou-se assim de exportar soja in natura, para comercializar produto com maior valor agregado.

Outros produtos começaram a ser produzidos (fertilizantes, laticínios, rações, sabão, suplemento mineral, entre outros). O resultado não poderia ser outro senão o crescimento da Cooperativa e dos cooperados e o desenvolvimento de toda a região.

Da sacaria e armazenamento de grãos à industrialização, a Cooperativa é o maior exemplo do que a união e a administração profissional podem fazer. Tornou-se um dos

maiores complexos agroindustriais de Goiás, diversificando suas atividades para atender uma gama, cada vez, maior de cooperados, que em 2012 atinge mais de 5.800. O número de funcionários diretos é de 2.020, todavia com os empregos terceirizados, este número alcança aproximadamente 4 mil.

Não é exagero nenhum afirmar que a experimentação do rápido crescimento vivido pela região, atualmente, teve como precursor o arrojo dos cooperados, liderados pela COMIGO.

Desde 2002, a COMIGO começou um trabalho de geração e difusão de tecnologias agropecuárias e também para atuar no campo da pesquisa de soja, algodão, milho, trigo, fruticultura, pastagens, entre outros. Em uma área de 130 ha, em Rio Verde, específica para esta finalidade denominada Centro Tecnológico COMIGO (CTC), a Cooperativa promove diversas experiências tecnológicas, visando auxiliar o produtor rural que assim evita fazer testes em sua propriedade. Neste local se realiza a TECNOSHOW COMIGO.

Figura 25. Vista aérea da feira TecnoShow realizada anualmente no mês de abril.



Fonte: www.ocbgo.org.br

O Encontro Tecnológico que a COMIGO realiza anualmente, a TECNOSHOW COMIGO, está consolidado, sendo referência em feiras do gênero no Brasil e atraindo a atenção de expositores e visitantes de vários Estados, inclusive de outros países. A tabela a seguir mostra a evolução do número de expositores e visitantes ao longo de todas as edições da feira entre os anos de 2002 a 2010.

TABELA 5: Evolução do número de visitantes e expositores da TECNOSHOW COMIGO de 2002 a 2010

Anos	Visitantes	Expositores
2002	5000	50
2003	16500	100
2004	40000	150
2005	38000	180
2006	36000	175
2007	41000	215
2008	50800	250
2009	56000	320
2010	61000	350

Fonte: COMIGO

Em 2004, a Cooperativa inaugurou uma nova indústria de processamento de soja, com capacidade de 2.500 toneladas por dia. Contou com a presença do Presidente Lula, governador Marconi Perillo, prefeito municipal Paulo Roberto Cunha, ministro Roberto Rodrigues, entre outras autoridades. No total, a capacidade de esmagamento de soja saltou para 3.500 toneladas por dia.

A revista Exame a classificou, em 2003 (com dados de 2002) como a segunda empresa do Centro-Oeste, em desempenho. Já o jornal Valor Econômico, de São Paulo, homenageou a COMIGO como a empresa campeã do Brasil no setor Agricultura em 2004. Já em 2009, no anuário da revista Exame, a COMIGO conseguiu um grande desempenho e ocupou a posição 301, entre as mil maiores e melhores do país, enquanto que no Centro-Oeste passou a figurar na 16ª posição.

Reconhecida em todo o Brasil, a COMIGO é hoje considerada a sexta cooperativa singular do país e a primeira do Centro-Oeste.

Desde 2007, a COMIGO já está produzindo óleo de soja no moderno sistema PET de envase. Outro investimento é na ampliação da refinaria de óleo de 200 toneladas/dia para 250 toneladas/dia. Investiu ainda na cogeração de energia elétrica, através de uma caldeira, para fornecer vapor para turbina de até 5.000 KVA.

A Cooperativa firmou parceria com a fábrica de pulverizadores Montana. Além disso, atua também com diversos implementos. Ambos os casos proporcionando mais opções aos cooperados.

Pelo lado social, desde o ano 2000, a COMIGO está devolvendo 50% do capital aos associados que completarem 65 anos de idade e 20 anos de cooperativa. Um ato justo a quem dedicou boa parte de sua vida ao desenvolvimento da Cooperativa. Até 2012, a COMIGO já restituiu cerca de R\$ 30 milhões para 749 cooperados nesta condição. É um modelo que algumas cooperativas estão estudando para adotarem.

Ramos (2013) afirma que no ano de 2013, a cooperativa conta com mais de seis mil cooperados e emprega mais de dois mil funcionários diretos. Está enquadrada entre as seis principais cooperativas do país, sendo a primeira do Centro-Oeste. Sua capacidade armazenadora chega a 1,25 milhão de toneladas. Em Rio Verde encontram-se a sede administrativa, as indústrias, o Centro Tecnológico Comigo (CTC), loja agropecuária, fazendas florestais e laboratórios.

Figura 26. Sede Administrativa da COMIGO – situada à Av. Presidente Vargas c/ Rua 14 – Centro de Rio Verde



Fonte: arquivo fotográfico do autor (outubro / 2013).

2.3.3 - A indústria Perdigão

A empresa Perdigão SA nasceu no ano de 1934²⁴, em Santa Catarina, através de duas famílias descendentes de italianos, que abriram um pequeno negócio. O empreendimento cresceu dando origem a um dos maiores complexos agroindustriais do mundo. Em 1940 a empresa começa a produzir industrializados de carne, desde então, a Perdigão passa a se destacar nacionalmente com uma ampla linha de produtos, como a Mortadela Ouro, Chester, Meu Menu, Mini Chicken e muito mais.

No ano de 2009 a Perdigão se associou com a Sadia, e dessa fusão, nasceu a BRF – Brasil Foods S.A., passando a ser uma das maiores empresas do setor alimentício brasileiro, contando com diversas marcas consagradas, entre elas a Perdigão, a Sadia, a Batavo e a Elegê.

O Instituto BRF foi fundado para coordenar a gestão do investimento social da BRF em parceria com a própria companhia. Com receita líquida de R\$ 28,5 bilhões, registrada em 2012, a BRF é uma das maiores exportadoras mundiais de aves e vem se destacando entre as maiores empresas globais de alimentos em valor de mercado. Responde por mais de 9% das exportações mundiais de proteína animal.

A BRF é, atualmente, uma das maiores empregadoras privadas do país, com cerca de 110 mil funcionários. Opera 50 fábricas em todas as regiões do Brasil e possui sólida rede de distribuição que, por meio de 33 centros de distribuição, leva seus produtos para consumidores em 98% do território nacional.

As vendas externas responderam por 40,8% das receitas líquidas em 2012. No mercado externo, mantém nove unidades industriais na Argentina e duas na Europa (Inglaterra e Holanda), além de 19 escritórios comerciais para atendimento a mais de 120 países dos cinco continentes.

Em 2012, iniciou a construção de uma fábrica em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, prevista para ser entregue no segundo semestre de 2013, e com solidou uma *joint venture* com a Dah Chong Hong Limited (DCH), que faz a distribuição no varejo e em *food services* no mercado chinês.

O sólido modelo de governança da BRF, que consolidou em 2012 a integração Perdigão/Sadia, refletiu-se em grandes avanços durante o ano. A empresa atingiu novos

²⁴ Histórico extraído do site da Indústria Perdigão S.A <http://www.perdigao.com.br/> acessado em 06/06/2103 às 19:30 horas – a empresa não disponibiliza ninguém para dar entrevistas.

patamares de eficiência, que passam a contribuir para tornar a BRF cada vez mais competitiva e sustentável.

Figura 27. Vista aérea da Indústria da PERDIGÃO em Rio Verde.



Fonte: www.mochileiro.tur.br

Para Borges () as grandes vantagens para que a Perdigão se instalasse em Goiás, no caso, no Sudoeste de Goiás, pode-se tomar os seguintes fatores: a produção local e o custo dos grãos, especialmente a soja e o milho; a infraestrutura agroindustrial (presença de agroindústrias ligadas ao CAI da soja, de escritórios de indústrias para a agricultura, de uma rede de instituições e empresas prestadoras de serviços, destinados ao agronegócio, e da cultura produtiva agroindustrial); as vantagens logística, competitiva e comparativa, condições socioculturais dos produtores rurais com perfil empreendedor. Outros fatores também importantes para a escolha do município de Rio Verde foi ausência de grandes concorrentes no processamento de aves e suínos, uma vez que apenas uma agroindústria de médio porte atua na microrregião (Frango Gale, localizada em Jataí); as condições naturais (clima, solo e topografia) favoráveis à produção, ao transporte de insumos e animais; ao uso de dejetos e a cama de frango como adubos.

A história do Grupo Perdigão no Sudoeste Goiano se inicia no ano de 1996 através dos primeiros contatos com o Governo goiano e a Prefeitura de Rio Verde - GO para a instalação da nova planta industrial. Fechados os acordos e as parcerias nos três níveis de governo

(municipal, estadual e federal), a empresa iniciou o processo de busca por integrados para implantar a primeira fase da integração de suínos, que é o sistema de produção das matrizes.

Realizada a etapa de produção de matrizes, a empresa passou a selecionar integrados, realizando, inicialmente, apresentações de vídeos, conversas com interessados, anunciando na mídia local e nas igrejas e convidando para os produtores rurais. No ano de 2000, mais especificamente no mês de julho, a unidade produtiva ficou pronta e entrou na fase pré-operacional, com o abate e o processamento de suínos. O primeiro abate de aves só ocorreu em outubro deste mesmo ano (2000) e, no ano seguinte, em 2001, após a consolidação da integração e do processamento de carnes, passou-se a produzir em ritmo e escalas visando à exportação para a Europa e Oriente Médio.

Um dos fatores que colaboraram para a dispersão geográfica das agroindústrias do Sul para a região da fronteira agrícola (seja ela consolidada ou não) foi a guerra fiscal, ou a "guerra dos lugares". Este foi um dos fatores determinantes da dispersão geográfica das empresas.

Dentre os incentivos fiscais, destacam-se: prazos mais longos para pagamento do ICMS; empréstimos financeiros a juros baixos; redução na alíquota de imposto; e projetos bancados pelas agências de fomento e/ou bancos estatais. Além destes, são oferecidos outros benefícios como doação de terrenos para instalação dos projetos; construção de infraestrutura necessária; parcerias para a qualificação da mão-de-obra; e isenção de taxas e impostos municipais.

Neste cenário de incentivos fornecidos pelos governos, merece destaque também a participação do Governo Federal, através do fomento direcionado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), por meio do FCO (Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste), que tem como objetivo promover o crescimento e o desenvolvimento econômico da região, a partir de investimentos industriais e, sobretudo, de projetos agroindustriais. Com isso, o BNDES torna-se o principal parceiro das empresas no processo de inversões/deslocamentos para o Centro-Oeste, sendo o financiador de grandes projetos.

Aliados aos fomentos do FCO, os governos estaduais entram com outros incentivos, por meio de fundos "estaduais" de investimentos em atividades produtivas. O Governo de Goiás possui o FOMENTAR (Fundo de participação e fomento à industrialização Estado de Goiás), programa/política que permite a compensação do ICMS devido pelas empresas.

Por exemplo, no caso do FOMENTAR, a Perdigão em Rio Verde obteve um financiamento de 70% do ICMS por 15 anos, com cobranças de juros anuais de 2,4%, sem correção monetária. No total, foram cerca de R\$ 1 bilhão em compensação de ICMS.

Percebemos que os benefícios concedidos foram além dos regulamentos em lei, isto mostra o poder político de negociação de empresas deste porte.

Outro incentivo é a redução do ICMS de 7% para 3% nas transações feitas pelo setor de carnes (bovino, suíno, ave e peixe), beneficiando os produtores rurais, e os estabelecimentos frigoríficos, tais como a Perdigão.

Além disto, as prefeituras concedem isenção de taxas, do imposto predial e territorial urbano (IPTU) e do imposto sobre serviços (ISS), e contribuem na criação de infraestrutura para construção dos projetos e para a circulação dos produtos e matérias-primas.

CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO URBANA DE RIO VERDE

3.1- O novo eldorado

Nessa nova situação Rio Verde passou a ser notícia nacional em programas de televisão como Globo Repórter e Pequenas empresas Grandes negócios da Rede Globo. Estes programas rodados em 2010 mostravam a cidade como o novo eldorado brasileiro, com a existência de centenas de vagas de empregos somente à espera dos trabalhadores, gerando um grande problema para a administração municipal. Segundo Paulo Roberto Cunha - prefeito à época - “foi uma correria danada. Todo dia desembarcavam na cidade centenas de pessoas em busca de carteira assinada”.

Em 2010, a economia de Rio Verde cresce acima da média nacional. Nos últimos cinco anos, o município gerou 25.000 empregos. Mas só há vagas para mão-de-obra qualificada, seja no campo, na indústria ou na prestação de serviços.

Tabela 6. Tabela comparativa do Rendimento médio / salário mínimo

Ano	1999	2000	2005	2010
Rendimento médio	437,23	462,20	797,35	1.185,36
Salário Mínimo	136,00	151,00	300,00	622,00

Fonte: IBGE com base em dados da Receita Federal

Cidade polo do Sudoeste Goiano, quarto município mais rico de Goiás, Rio Verde conta uma agricultura diversificada, como o plantio de arroz, milho, e a soja sendo a cultura que ocupa a maior área do município. A cana-de-açúcar está nos outros municípios do Sudoeste Goiano como Santa Helena, porém os agricultores de Rio Verde fizeram a opção de não plantá-la.

Segundo o presidente e um dos fundadores da COMIGO em 2010, Antônio Chavaglia²⁵, a cooperativa nasceu devido à necessidade de organizar espaços para secagem e armazenagem dos produtos, bem como organizar insumos e agrônomos para a região. Naqueles dias – década de 1970 tudo era muito difícil, com a falta de infraestrutura de estrada

²⁵ Trecho da entrevista do presidente da COMIGO, Antônio Chavaglia ao programa Goiás de Norte a Sul, enfocando a cidade de Rio Verde, exibido na TV Goiânia em Maio de 2010.

para o escoamento da produção. Com a grande adaptação do cerrado para o plantio da soja, nos anos 80 e 90, levas de gaúchos e paulistas chegaram de olho nesta riqueza. Nos anos 2000, com a instalação da maior planta industrial da Perdigão, mais uma vez a cidade teve um novo impulso e ganhou novo perfil. Com um abate diário de mais de 350.000 frangos e 3.500 leitões e sua transformação em produtos industrializados, a empresa fez surgir cerca de 250 novos negócios ao seu redor. Para Ângelo Landim Júnior, presidente da Associação Comercial e Industrial de Rio Verde “A Perdigão ajudou a fixar o produtor no campo, colaborando para a instalação de granjas automatizadas e altamente produtivas, além de qualificar a mão-de-obra”. “Fornecer para a Perdigão ainda hoje é um grande negócio, porque a produção é totalmente absorvida”.²⁶

Com dinheiro circulando, já que os abates não param, crescem as oportunidades de novos negócios no comércio, na área de serviços e até para as microempresas, com a implantação do Distrito Industrial, que oferece, além da infra-estrutura, incentivos fiscais para os pequenos fabricantes.²⁷

Tabela 7. Tabela de arrecadação do ICMS no município de Rio Verde.

Ano	1999	2000	2005	2010	2012
ARRECADAÇÃO ICMS (R\$ 1.000,00)	32.999	36.517	68.183	144.013	185.117

Fonte: IBGE com base em dados da Secretaria da Fazenda de Goiás.

Tabela 8. Tabela de arrecadação de impostos municipais.

Ano	1999	2000	2005	2010
RECEITA MUNICIPAL - TOTAL (R\$ MIL)	45.843,00	55.032,00	177.347,00	322.547,00

Fonte: IBGE com base na Secretaria de Finanças de Rio Verde

²⁶ Trecho da entrevista: “Agronegócio dita o ritmo em Rio Verde”. Revista Pequenas Empresas, Grandes Negócios. 2010.

²⁷ Trecho da entrevista: “Agronegócio dita o ritmo em Rio Verde”. Revista Pequenas Empresas, Grandes negócios. 2010.

3.2- O aumento demográfico do Brasil

A grande expansão urbana no Brasil é relativamente recente. Seu início articula-se com um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira a partir da década de 30 do século XX, porém somente na década 1970 a população urbana superou a população rural.

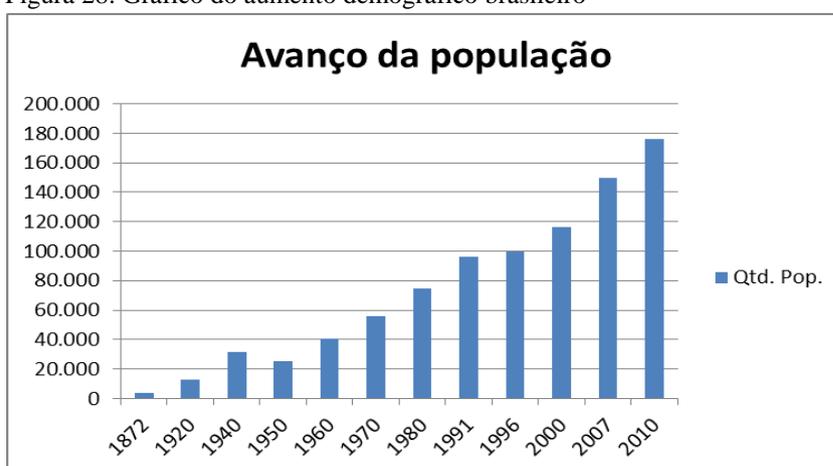
A população mundial aumentou muito no século XX, no Brasil somente nos últimos quarenta anos o aumento foi maior que 100%. Em 1970 a população brasileira era de 93 (noventa e três) milhões de habitantes, e no ano 2000 alcançou 165.371.493 habitantes conforme tabela abaixo.

Tabela 9. Informações gerais acerca de aspectos Demográficos - tabela ano 2000.

Brasil e Grandes Regiões	Projeção da população Total	Taxa de Crescimento anual (1)	Taxa de Urbanização (1)	Razão de Sexo	Razão de Dependência
Brasil	165.371.493	1,4	78,4	95,9	55,5
Norte	12.342.627	2,4	62,4	96,1	69,0
Nordeste	46.995.094	1,1	65,2	98,3	62,6
Sudeste	70.190.565	1,4	89,3	98,1	49,9
Sul	24.546.983	1,2	77,2	97,5	51,6
Centro-Oeste	11.296.224	2,2	84,4	97,7	52,3

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos.

Figura 28. Gráfico do aumento demográfico brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados do IBGE

A cidade de Rio Verde semelhante ao país aumentou seu número de habitantes passando a contar em 2012 segundo as estimativas do IBGE com 197.048 habitantes.

3.3 - A expansão urbana ao longo do tempo

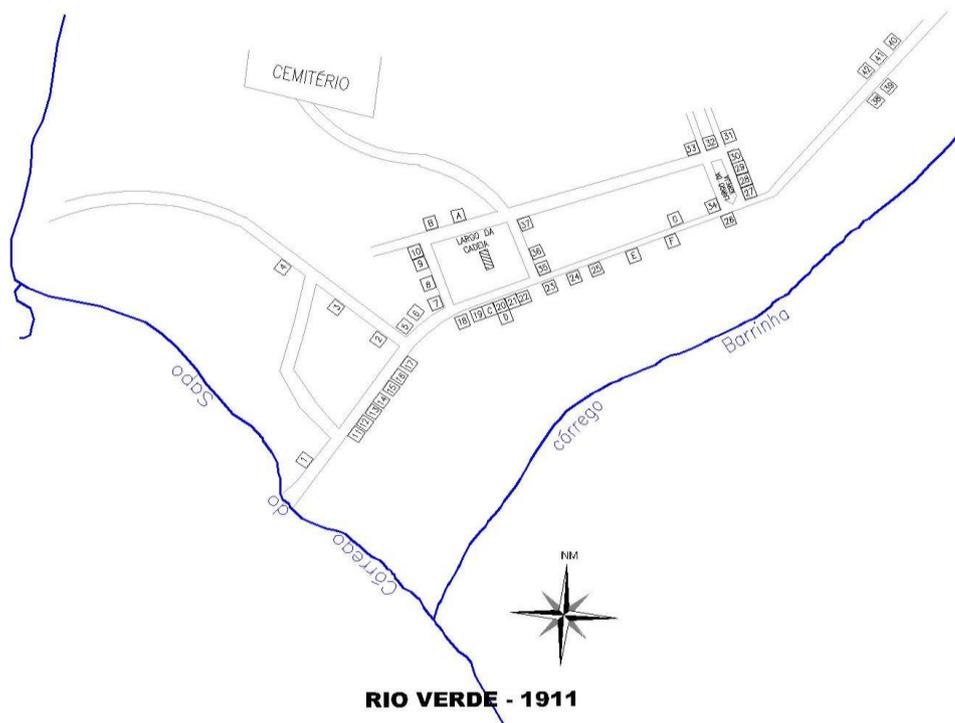
Segundo Cunha Neto (1988) em 1872 a população do município, era de 3456 habitantes, composta quase em sua totalidade de fazendeiros que se dedicavam a indústria pastoril.

As informações mais antigas sobre o traçado urbano de Rio Verde datam de 1882, através do viajante Leal (1882) onde relata uma cidade com três ruas, tendo uma sem nome que se destacava das demais pela sua grande extensão, a praça onde se localizava os principais edifícios: o prédio da matriz e o edifício da cadeia. As edificações eram mal construídas, pequenas e sem nenhum atrativo estético, no sobrado onde funcionava a cadeia funcionavam também o tribunal do júri e a intendência municipal. Quanto às edificações residenciais, eram mal construídas e mal divididas internamente, a argamassa das paredes eram feitas de excremento de gado.

No final do século XIX a cidade contava com os seguintes estabelecimentos comerciais: seis lojas de tecidos [...] e uma farmácia de manipulação, seis armazéns, quatro carpintarias, um alfaiate. Devido à sua distância dos outros centros urbanos os gêneros alimentícios eram caros e quase sempre de má qualidade. Na virada do século XIX para o século XX, Rio Verde contava com pouca indústria e já era um dos lugares onde mais corria dinheiro, a principal riqueza do município estava na criação de gado que exportava anualmente de dez a quinze mil cabeças. Nessa época, a violência já se destacava no município, com problemas diários de desordens, conflitos, furtos e até mortes.

As características descritas por Leal (1882) permaneceram as mesmas com poucas alterações até o ano de 1911, ano em que se tem notícia do primeiro mapa urbano.

O traçado original era regular e tinha os Córrego do Sapo e o Córrego Barrinha como barreiras naturais. Sua parte urbana contava com cerca de 2.000 habitantes e continha os seguintes equipamentos e serviços: duas escolas municipais primárias, um estabelecimento secundário; formação da biblioteca municipal; Paço Municipal, prédio do Instituto de Ciências e Letras; prédio da Caixa d'água (Cachopa) e o Cemitério Municipal; algumas ruas e praças e diversas casas comerciais.



LEGENDA

1	Carpintaria do Eduardo velho	26	Mudesto Leão
2	Residência do Major Oscar Campos	27	Chiquinho Caetano
3	Sr. Hermógenes	28	Resid. João Eduardo
4	Loja de Paz João Saviano Azevedo	29	Casa Esperança de João Eduardo
5	Ovídio	30	Resi. João Veloso
6	Escola Pública Municipal	31	Correios e Telégrafos (1925)
7	Capela	32	Igreja de São Sebastião
8	Beata	33	Tunico Turco
9	Lazinho Veloso	34	Dona Didi
10	Venda do Joaquim Cana preta	35	Filadelfo Jorge da Silva
11	Quintiliano Leão	36	Alcântara Leão
12	Urcelino Gusmão (correio e tabelionato)	37	João Taquara
13	Dona Rosa	38	Boticão do Professor Joaquim Pedro
14	Carlos Cunha	39	Carpintaria de Mizael José de Castro
15	Dona Maricota	40	Ourivasaria de Guilherme José de atáides
16	Zé Cunha	41	Flauzino Pereira de Castro
17	Leonídia e Donana	42	Alfaiataria do Olinto
18	Filogonio De Carvalho	▨	Chafariz
19	João Veloso	A	capela de São Vicente
20	Dona Ubaldina	B	Carpintaria João Cândido de Oliveira
21	Zuquinha Baiano	C	Colégio N. Sra. Consolação
22	Oscar Ribeiro	D	Escola Dona Blandina Nimpha
23	Henrique Rocha	E	Botica Do Rogério Cotrin
24	Maria Rocha	F	Depósito Casa Samita
25	Dona Narcisa	G	Casa Samita

Figura 29. Rio Verde – 1911

Fonte: Cunha neto, Oscar. Livro: Rio Verde: apontamentos para a sua história – documentário. p.199

O mapa de 1911 revela que os principais edifícios da cidade se encontravam na praça, denominado Largo da cadeia. No seu entorno estavam a capela São Vicente, o Colégio N. Sra. Da Consolação, Escola D. Blandina Nimpha, e no meio da praça o chafariz da cidade. Pelo mapa dá para notar que a maioria das edificações residenciais estavam localizadas ao longo de uma rua paralela ao córrego Barrinha. Nota-se aí a existência de uma segunda praça (denominada Praça São Sebastião) onde está localizada a Igreja São Sebastião. Nesse período as ruas não tinham pavimentação nem calçadas. E em algumas casas havia água encanada.

Estevam (2004) afirma que até o início de os anos 1930, Goiás continuava em ritmo de tempo próprio, com relação ao desenvolvimento econômico brasileiro, conservando sua tradicional e peculiar organização rural.

Figura 30- Sobrado onde funcionou a intendência municipal



Fonte: Cunha neto, Oscar. Livro: Rio Verde: apontamentos para a sua história – documentário.

O sobrado onde funcionou a intendência municipal teve sua construção iniciada e 1855, sendo concluído quarenta anos mais tarde em 1895. Nesse prédio funcionava o fórum, a cadeia, e a Prefeitura, chamado de Palácio da Intendência. Continha uma cela para bandidos comuns, outra cela para bandidos perigosos e uma cela feminina no pavimento superior. A pessoa era julgada numa sala chamada “solitária” e se condenada já ficava presa no prédio na sua respectiva cela.

A figura 36 revela-nos que a edificação já desgastada na década de 1930, necessitava de ampla reforma à época, e através do seu entorno, mostra-nos que ela se encontrava na

periferia da cidade, no limite do perímetro urbano com a zona rural. Em 2013, com a expansão urbana alcançada, o edifício está localizado na região central da cidade.

Segundo o mapa publicado por Cunha Neto (1988, p. 227) datado de 1940, Rio Verde aumentou extraordinariamente sua malha viária, ampliando por consequência o número de quarteirões e lotes. O traçado manteve a característica anterior com a implantação de inúmeras ruas retilíneas gerando cruzamentos ortogonais, quarteirões regulares, muitos com enormes dimensões, destacando-se uma área central, com o comércio e prestação de serviços conforme se pode notar no mapa.

Figura 31- Mapa de Rio Verde em 1940 – Equipamentos urbanos – sem escala



Fonte: Cunha Neto, Oscar. Livro: Rio Verde: apontamentos para a sua história – documentário. p.227

Nessa época (1940) a cidade ampliou consideravelmente o seu perímetro urbano, mais que duplicando seu tamanho. Mesmo a planta urbana nos mostra que os córregos do Sapo e Barrinha continuavam sendo dois obstáculos naturais, limitadores da cidade.

Segundo Cunha Neto (1988), em 1940, Rio Verde possuía uma população urbana de 6.000 habitantes, um crescimento de 200% em relação a 1911. Já a população total do município era de 31.337 habitantes, havendo um acréscimo de 906%, também em relação a 1911 .

Figura 32- Mapa de Rio Verde – 1940
Fonte: elaborado pelo autor

Ainda Cunha Neto (1998) mostra que em 1940 a cidade contava com limpeza pública feita semanalmente, sendo a remoção do lixo feita por tração animal. Suas ruas continuavam sem calçamento ou pavimentação, as ruas não possuíam arborização e cerca de 50% das casas tinham cisternas, pois a água encanada era insuficiente. A cidade possuía um Mercado Público e Matadouro. Contava também com um hotel e quatro pensões, dois centros de saúde, quatro pequenas bibliotecas, um cinema (Cine Progresso), uma loja maçônica, uma igreja católica (Igreja São Sebastião), um templo protestante (Casa de Saúde Evangélica) e um centro espírita (Centro Espirita Eurípedes Barsanulfo). Contava ainda com um aeroclube situado na região Nordeste, um batalhão da Polícia Militar do Estado, e uma unidade do Exército (Tiro de Guerra 467).

Segundo o mapa datado da década de 1960, Rio Verde teve uma expansão urbana pequena, para não dizer insignificante, apenas dois pequenos loteamentos foram lançados, um deles, já se encontrava na legenda do mapa de 1940, demonstrando o interesse do dono da terra em lançá-lo em breve, o que ocorreria na década seguinte e pôde-se perceber sua existência no mapa de 1960. No mapa da década de 1940, esse loteamento tinha o nome de Vila Amália, já no mapa de 1960 notamos que esta região passou a se chamar de Parque Bandeirante, conforme se pode constatar na planta atual da cidade. E surgiu também outro bairro situado próximo ao Parque Bandeirantes denominado Bairro Maristela.

Esses dois pequenos e novos bairros, inseriram na cidade 24 ruas e 27 quarteirões. É nesse período - década 1960 -, que a cidade amplia seu perímetro para além do córrego Barrinha e começando a romper a barreira natural existente nas décadas anteriores, e, os equipamentos existentes vão devagarzinho consolidando esta região como zona central. Outro fato relevante a ser observado é que o bairro modelo foi implantado entre a margem do córrego Barrinha alcançando a margem da BR-060, sendo, portanto, este bairro o primeiro a ser lançado às margens da rodovia.

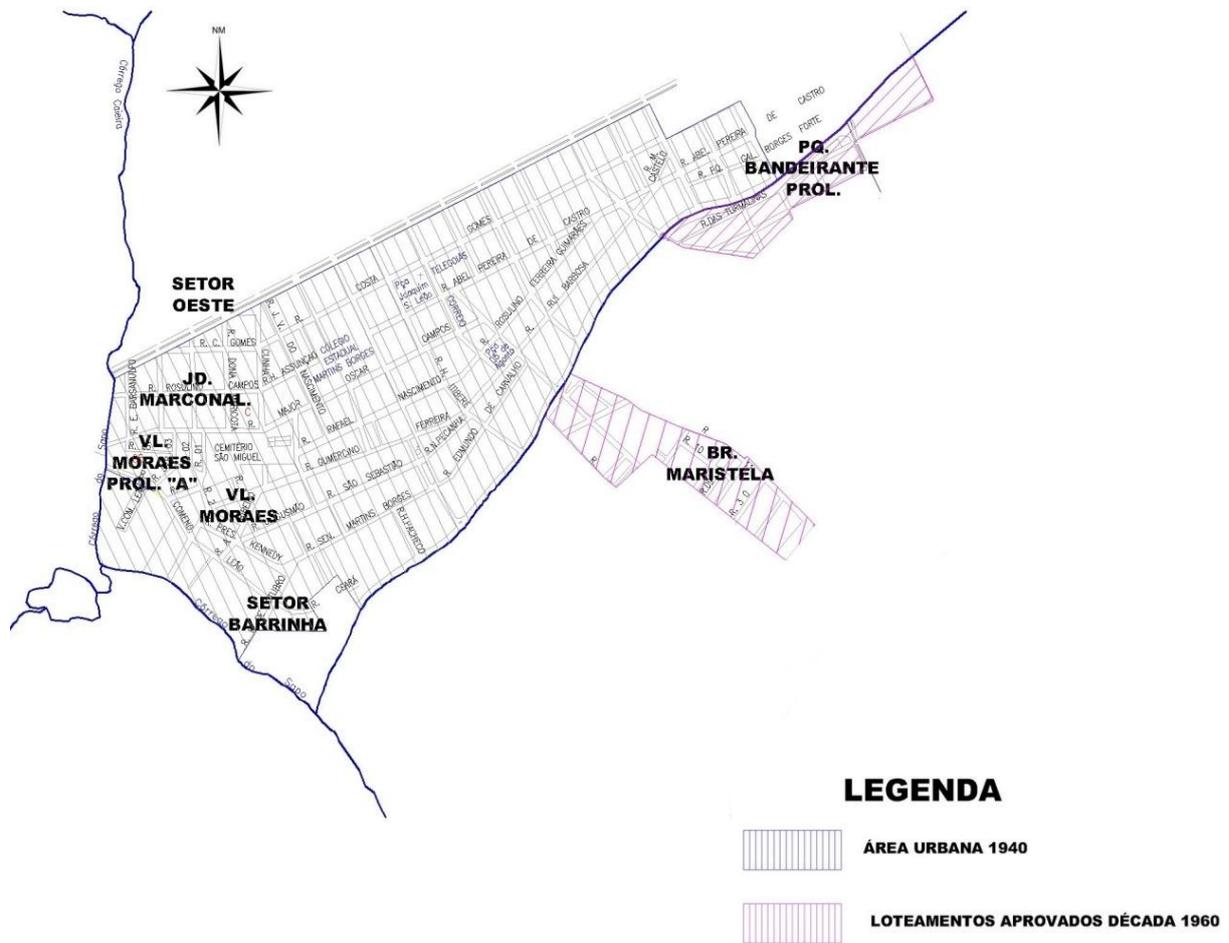


Figura 33- Mapa de Rio Verde – 1960
 Fonte: elaborado pelo autor

A década de 1970 pode ser considerada um marco para o município, período que a parte urbana da cidade experimentou o início da grande transformação. O mapa dessa década demonstra claramente (ver figura 33, p. 78) a força do capital através da locação de vários loteamentos muito longe da região central da cidade, gerando grandes espaços vazios, excelentes para a especulação imobiliária. O mapa, também, revela que Rio Verde aumentou seu perímetro extraordinariamente, cerca de cinco vezes.

Segundo o morador aposentado Ageu Pedro da Silva, ex-funcionário da Telegoiás, quando foi lançada a venda dos lotes ao longo da Avenida Presidente Vargas, ele comprou dois lotes por serem muito baratos (ao preço de hoje equivaleria a R\$ 70,00 Reais, cada lote), não que acreditasse que eles fossem valorizar com a rapidez que ocorreu, mas por serem muito baratos. Digno de nota é a dimensão de cada lote adquirido 15,00 metros de frente e fundos e 30,00 metros nas laterais perfazendo uma área de 450,00 metros quadrados, lotes de grandes dimensões. É bom lembrar que nessa época os lotes menores possuíam a medida padrão de 12x30m, com área de 360,00 metros quadrados.

O desenho da cidade continuou seguindo os traços da racionalidade observados anteriormente, porém os fundos de vales e leitos dos córregos não eram mais barreiras naturais capazes de conter sua expansão.

As facilidades de financiamentos para os empreendimentos voltados ao agronegócio que o município experimentou, interferiram decisivamente na parte urbana a partir dessa década (1970), dando à cidade novo dinamismo, exigindo dos gestores municipais ações para acomodar o grande fluxo imigratório.

O setor imobiliário alcançou grande projeção com o lançamento de cinco bairros na região entre o córrego Barrinha e a BR-060 quais sejam: Vila Rocha; Jardim Bela Vista; Vila Baylão; Vila Dinara; Vila Carolina.

Houve uma grande ampliação do Parque Bandeirantes que passou a atingir as margens da BR-060, e foram lançados à margem outros dois bairros também às margens da Rodovia sendo eles o Setor Antônio de Lisboa e o Bairro César Bastos. O primeiro junto ao Trevo principal da cidade – chegada e saída para Goiânia – e o segundo as margens da recém-inaugurada BR-452 que liga Rio Verde a Itumbiara.

Na região norte da cidade foram lançados 18 bairros, são eles: Bairro Martins; Bairro Martins (prolongamento); Bairro São Felipe; Setor Pauzanes (um dos maiores da cidade até então); Vila André Luiz; Vila Borges; Vila Borges “A”; Vila Borges (prolongamento); Vila Gomes; Jardim Diniz; Jardim Cruvinel; Vila Rosalina; Jardim América “A”; Parque Betel; Vila Menezes; Vila Olinda; Bairro Santa Luzia; Setor Santo Antônio.

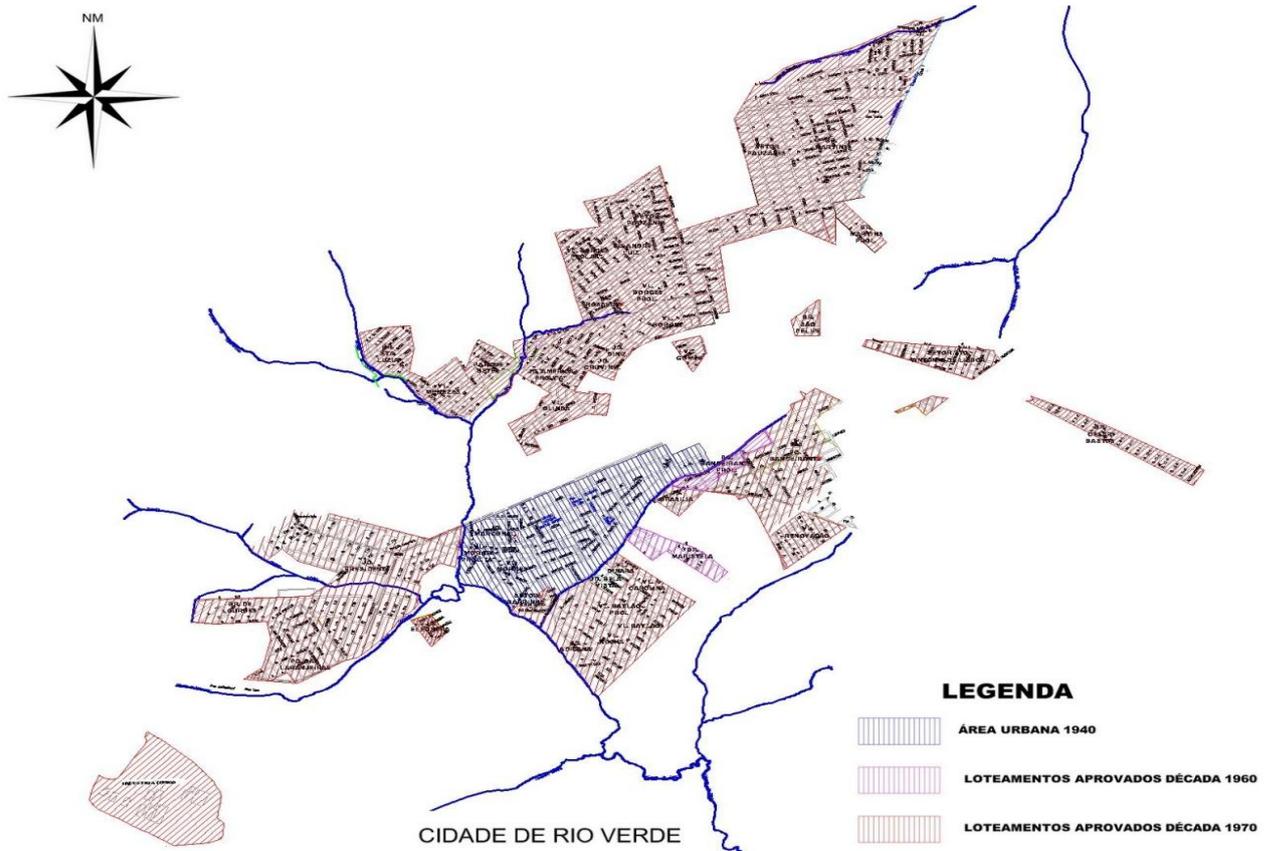


Figura 34- Mapa de Rio Verde – 1970
Fonte: elaborado pelo autor

O final da década de 1970 foi também, o período da valorização da terra, os lotes passaram a sofrer alterações em suas dimensões tradicionais (12x30m) e a área tornou-se cada vez menor, para permitir o aumento no lucro do setor imobiliário. Nessa época o governo brasileiro disseminou a construção de conjuntos habitacionais pelo país através da COHAB, o que aconteceria no interior de Goiás à partir dos anos 1980. O mapa nos mostra, também, a área adquirida para as instalações da COMIGO às margens da BR-060 na saída para Jataí.

Até o final dos anos 1970 pouquíssimos eram os loteamentos que haviam na região sul, a rodovia BR – 060 era uma barreira natural. Na década seguinte inúmeros outros loteamentos surgiram, iniciando a existência de um grave problema de trânsito para a cidade. Os locais de travessia da rodovia se dão nos trevos existentes, são de mesmo nível, o que tem causado muitos acidentes com vítimas fatais. Vale lembrar que a rodovia possui um tráfego bastante intenso com a presença de caminhões e bi-trens que buscam os armazéns para carga e descarga.

A década de 1980 foi o período em que a cidade alcançou sua maior expansão. Inúmeros loteamentos foram lançados dobrando praticamente o tamanho da cidade. Além de ocupar a faixa vazia existente no meio da planta urbana, mostrada no mapa da década de 1970, outros loteamentos posicionados mais na periferia, foram lançados, aumentando ainda mais o perímetro urbano da cidade. Foi nesse período que a cidade começou a crescer com celeridade e inúmeros empreendimentos foram trazidos para a cidade de Rio Verde, como vendas de veículos – camionetas - devido ao grande fluxo de dinheiro que corria no município, foi também o período da criação das avenidas de pistas duplas para melhorar o deslocamento até os bairros mais distantes.

São os seguintes os bairros lançados na década 1980, na região norte: Bairro Liberdade; Bairro Primavera; Bairro Anhanguera; Bairro Eldorado; Bairro Eldorado (prolongamento – 2ª. Etapa); Bairro Popular; Jardim Goiás; Vila Maria; Nova Vila Maria; Bairro Paraguassu; Setor Alvorada; Setor Alvorada (2ª. Etapa); Jardim das Margaridas; Vila Amália; Vila Mariana; Vila Mariana II; Residencial D. Ilza; Residencial Atalaia; Parque Bougainville; Residencial Villa Miafiori; Parque Laranjeiras (2ª. Etapa); Jardim Marconal; Setor Barrinha; Bairro Odília; Bairro Vitória Régia; Setor Oeste; Jardim Neves; Setor Morada do Sol; Conjunto Morada do Sol; Setor Universitário; Conjunto Vila Verde; Vila Santa Bárbara; Setor Central; Bairro Medeiros; Vila Ser-Pró; Vila Moreira Ataídes; Vila Dona Auta; Vila Mutirão.

Esta última, denominada Vila Mutirão é um conjunto de casas populares realizadas por duas vezes, sendo a primeira em 1983, onde foram construídas 1000 casas em Goiânia e a

segunda em 1985 voltada para o interior do Estado, onde se construíram mais 500 casas em diversas cidades, - de 20 a 50 casas por cidade. Estas habitações voltadas à classe mais pobre da população foram feitas utilizando-se de placas pré-moldadas. O segundo “Mutirão da moradia” estabeleceu que as casas deveriam ser construídas em um dia – o que ocorreu somente na capital, no segundo mutirão realizado em 1985 no interior do Estado, as casas não foram montadas em um só dia. O bairro era localizado sempre na periferia e as casas tinham sua mão-de-obra executada por funcionários públicos estaduais obrigados a participar sob pena de perder o emprego, e por pessoas filiadas ao partido político que se encontrava no poder, o PMDB. Para muitos os bairros erguidos passaram a ter a alcunha de Vila Mentirão.

Além destes bairros foi lançado nessa década, o Setor de indústria da cidade, localizado na bifurcação entre as margens das rodovias BR-060 e BR-452, junto ao trevo principal da cidade, a escolha dessa localização se deu, principalmente, em função da facilidade de escoamento dos produtos, favorecendo a logística.

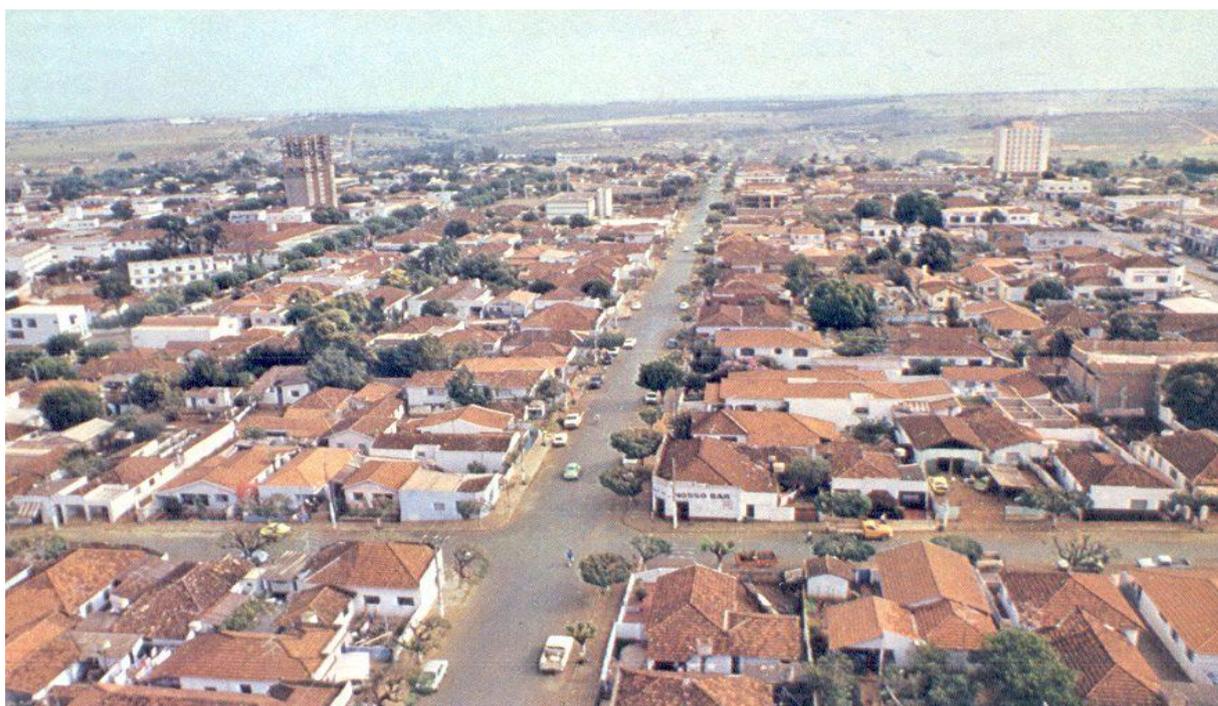
Nos anos 1980, o desenho da cidade continuou mantendo a mesma característica anterior: quarteirões regulares com cruzamentos de vias ortogonais. A forma de ocupação da cidade se dava de forma compacta já que devido à falta de imóveis para aluguel, fazia com que os terrenos fossem ocupados por edificações, geralmente, pequenas com apenas um pavimento (pav. Térreo). Desta maneira vai se consolidando na cidade uma paisagem onde a característica que predomina é a da horizontalidade. Várias edificações com dois pavimentos e raros edifícios verticais que começariam a surgir somente na década de 1990 e com isso, mudando a composição do cenário urbano. Pode-se também perceber que o crescimento da malha viária se dá em todas as direções, podendo defini-lo como espraiado.

Figura 35- Mapa de Rio Verde – 1980
Fonte: elaborado pelo autor

Na década de 1990 os lançamentos de loteamentos continuaram seguindo o ritmo das duas décadas anteriores, nessa década foram lançados 17 novos loteamentos, permanecendo as mesmas características anteriores quanto ao formato dos quarteirões e a ortogonalidade das vias. Foram localizados na periferia da cidade, conforme se pode constatar na planta da cidade da época, os seguintes loteamentos: Parque Dom Miguel; Conjunto Dona Gercina; Bairro Santo Agostinho; Bairro São João; Jardim Mondale; Residencial Gameleira; Setor Campestre; Parque dos Buritis; Parque dos Buritis II; Parque Solar do Agreste; Parque Solar do Agreste II; Bairro São Tomaz; Bairro São Tomaz II; Bairro Promissão; Vila Santa Cruz; Vila Santa Cruz II; Jardim Floresta.

Uma característica digna de nota é o surgimento dos primeiros edifícios verticais na paisagem da cidade.

Figura 36- Vista aérea de Rio Verde – década de 1990 – Predominância de edificações térreas.



Fonte: http://bimg1.mlstatic.com/rvd-12860-postal-rio-verde-go_MLB-F-232805602_5269.jpg.

Acesso em 18/08/2013.

Figura 37- mapa de Rio Verde – 1990
Fonte: elaborado pelo autor

O ritmo de crescimento acelerado da cidade de Rio Verde continuou na primeira década do terceiro milênio, os treze loteamentos lançados nessa época continuaram mantendo as pequenas dimensões dos terrenos, privilegiando cada vez mais o detentor do capital, já que com os lotes cada vez menores, poderia aumentar o número de terrenos e, por conseguinte aumentar também o lucro dos detentores da terra. Foram lançados os loteamentos: Parque dos Girassóis; Residencial Arco Íris; Residencial Veneza; Residencial Canaã; Residencial Araguaia; Parque dos Jatobás; Bairro das Acácias; Residencial Tocantins; Residencial Pôr do Sol; Residencial Villagio Terra Cota; Residencial Laussane; Setor Industrial II (situado nas margens da BR-452, saída para Itumbiara); DIMPE (setor criado pelo então prefeito Paulo Roberto Cunha, para instalação de pequenas empresas, situado na saída para Montividiu. Este setor foi criado para atender aos pequenos empresários que atuavam na informalidade ou em condições precárias, e principalmente para retirar as empresas poluidoras da zona central da cidade.)

É também no ano 2000 que a fábrica da Perdigão inaugura suas primeiras instalações, e junto dela é criado um bairro para atender seus funcionários, no Solar Campestre.

No desenho urbano prevaleceram as características anteriores, ou seja: quarteirões regulares com vias ortogonais; quarteirões menores devido às dimensões menores dos terrenos. Fotos da cidade deste período (década de 2000) mostram algumas edificações verticais, embora a posição dos edifícios seja distante entre si.

Figura 38. Vista aérea parcial de Rio Verde



Fonte: www.goiásdenortesul.com.br

Figura 39. Vista aérea parcial de Rio Verde



Fonte: www.alugueldetemporadabrasil.com.br

Figura 40- Vista aérea parcial da cidade – período noturno.



Fonte: www.rioverde.zip.net

A pequena verticalização da cidade se deu principalmente na parte central, na região onde a cidade se iniciou, na parte mais antiga, traçada na década de 1940. Nesta região foi construída a maioria das edificações verticais, todas elas com mais de 10 pavimentos, como se pode constatar na foto de satélite do Google Earth, do ano de 2008 (ver Figura 41, p. 99).

Figura 41- fotografia aérea – pequena verticalização

O desenho do mapa urbano de 2000 (mapa 15, p. 92) mostra a ocupação quase que total dos espaços vazios, apenas algumas pequenas áreas - muito menores - se comparados aos espaços vazios da década de 1970, esparramadas pelos bairros da cidade.

A população continua a crescer vertiginosamente na cidade, quase trinta mil novos moradores buscam a cidade na primeira década de 2000, conforme tabela a seguir, em que descrevemos o aumento da população da cidade.

Tabela 9. Aumento da população de Rio Verde.

Ano	População
1872	3.456
1920	12.661
1940	31.337
1950	35.329
1960	40.390
1970	55.697
1980	74.694
1991	96.309
1996	100.003
2000	116.552
2007	149.382
2010	176.424

Fontes: Oscar Cunha Neto - Rio Verde: apontamentos para a sua história – documentário. p.318 Dados até 1980 e IBGE: Censo 2010 demais dados

Um dos fatores para este crescimento é a inclusão de cursos superiores na educação. Em março de 1973 surgiu a FESURV, localizada na fazenda Fontes do Saber em Rio Verde. São mais de cinco mil acadêmicos matriculados em 25 cursos de graduação, diversos cursos de pós-graduação e o Mestrado em Produção Vegetal. Fazer um curso superior é o objetivo de muitas pessoas que buscam a cidade para viver, a universidade no município é também uma maneira de evitar que o rioverdense mude para outros centros em busca de escolas para seus filhos, uma realidade muito comum até o final da década de 1990.

Em 2012 existem quatro instituições de ensino superior instaladas no Município: a Universidade de Rio Verde (Uni RV), o Instituto de Ensino Superior de Rio Verde/Faculdade Objetivo – que pertence ao mesmo grupo do Colégio Objetivo de Rio Verde – a Faculdade Almeida Rodrigues (FAR) e o IFGoiano e a FESURV.

Além dos gaúchos, catarinenses, e estrangeiros, imigrantes do primeiro momento da monocultura no município, após a inauguração da Perdigão, há um número sempre crescente de nordestinos que estão buscando o sudoeste goiano, em particular, a cidade de Rio Verde

Figura 42- Mapa de Rio Verde – 2000
Fonte: elaborado pelo autor

para viver. Segundo Ramos (2013), somente em 2010 o município recebeu 23.036 novos moradores nordestinos.

A cidade de Rio Verde tem atualmente (2012) um bairro onde a maioria dos moradores são nordestinos, é o bairro da Promissão onde cerca de 70% da população é de origem nordestina.

Segundo Ramos (2013, p. 22), nas ocorrências registradas neste ano (2013) os nordestinos estão envolvidos entre 70 e 80% de brigas de família e em 50% de furtos e roubos. Este lado negativo de alguns faz com que muitos imigrantes sofram preconceito e segregação.

Ramos (2013, p. 21) relata ainda que os nordestinos costumam chegar à cidade em grupos, formando republicas que mais parecem casas apoio, muitas vezes com mais de 10 pessoas dormindo em colchões colocados no chão um ao lado do outro, até conseguirem o primeiro emprego, então vão mudando e cedendo seu lugar para acolher outro compatriota. A maioria dos imigrantes nordestinos que vem para o Sudoeste Goiano não é qualificada, contam com pouca leitura e sentem enorme dificuldade de se sociabilizarem com os goianos, que são para eles esnobes, exibidos, cheios de etiquetas, assim, poucos conseguem ter muitos amigos goianos.

Na planta urbana de 2010 (mapa 16, p. 96), nota-se a presença de novos loteamentos – também pequenos – localizados nas extremidades da cidade, na periferia, ampliando cada vez mais o perímetro da cidade. Esses novos empreendimentos imobiliários visam absorver as grandes levas de trabalhadores que continuaram chegando à cidade, oriundos principalmente do Nordeste do Brasil, e a classe mais pobre excluída, continua ficando cada vez mais posicionada na periferia.

A onda de progresso que adentrou a cidade, fez com que ela crescesse em diversos setores, destacando entre esses, a rede hoteleira. Há um grande número de hotéis na cidade, segundo a Prefeitura²⁸, Rio Verde possui 32 hotéis para atender a demanda do turismo, com mais de mil e quinhentos leitos, com uma taxa de ocupação mensal acima dos 60%. Fato curioso e digno de nota é a existência de um novo hotel recém-inaugurado na periferia, na saída para a Fesurv, no caminho do aeroporto da cidade, próximo da estação rodoviária e do shopping da cidade – o Blue Tree -, uma edificação vertical com 12 pavimentos, de alto padrão.

²⁸ <http://www.rioverdegoias.com.br/i.php?si=aci&id=13> – acessado em 12/09/2013 as 22:58 horas.

Figura 43- foto aérea google – bairro periférico
Fonte: google Earth 2008.

O município também conta com uma secretaria específica para gerir, apoiar e dinamizar as iniciativas deste setor: a Superintendência Municipal de Turismo.

A fotografia aérea feita por satélite de 2008 (figura 43, p. 103) mostra os loteamentos sem infraestrutura, sem asfalto e rede de esgoto, posicionados na região sul da cidade. Para se alcançar esta região há a necessidade de cruzar a rodovia, pois a cidade não conta ainda com quantidade de passarelas, viadutos nem trincheiras que permitam o acesso de pedestres de um lado ao outro da rodovia com segurança.

Rio Verde conta (2010) com uma malha viária urbana superior a 400 quilômetros de extensão, cobrindo praticamente toda a cidade, com cerca de quatro milhões de m² de asfalto, segundo a Prefeitura²⁹ o município possui uma quantidade de energia elétrica suficiente para atender a cidade e a chegada de novas indústrias. Contando com duas grandes subestações às margens da BR-060 próximos ao trevo principal da cidade (uma da CELG e outra de Furnas) com condições de fornecer energia para que Rio Verde possa atrair cada vez mais empresas e continuar no seu ritmo crescente de desenvolvimento.

Os dados da Prefeitura Municipal afirmam que mais de noventa por cento da cidade é abastecida por água tratada, captada junto aos ribeirões Abóbora e Laje, bombeada para a Estação Central, onde recebe tratamento necessário para sua distribuição.

Rede de água: 509.966 metros

Ligação de água: 31.817 unidades

Rede de esgoto: 119.612 metros

Ligação de esgoto: 19.095 unidades

O Município conta com a estação de tratamento de esgoto, concluída em 2001, estando em pleno funcionamento. Com isso, 100% do esgoto captado na cidade é tratado, o que representa 57,10%.

As pesquisas de campo revelaram um sentimento bairrista por parte de todos os entrevistados. Para eles Rio Verde é um modelo de progresso a ser copiado por outros municípios. A falta de equipamentos urbanos públicos para o lazer é um item sequer considerado importante por eles, o rio-verdense deve agradecer pela facilidade de encontrar empregos, e passar os finais de semana na fazenda é uma forma tradicional de diversão e entretenimento.

²⁹ <http://www.rioverdegoias.com.br/i.php?si=aci&id=4> – acessado em 19/09/2013 às 18:54 horas.

Figura 44. Mapa de Rio Verde 2010
Fonte: elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esta pesquisa foi um prazer por ter caminhado pelos livros, que foram poucos, e pelas inúmeras dissertações nas mais diversos temas que trabalharam a região, ofereceram a oportunidade da comparação, do conhecimento histórico, da reflexão e da busca de novos dados, além da pesquisa de campo. As visitas à cidade de Rio Verde possibilitaram a inserção na cultura da cidade, sentindo como é viver numa outra realidade urbana.

A cidade de Rio Verde é um marco de progresso em Goiás, que teve sua origem na Revolução Verde, uma onda que invadiu o mundo e mudou o sistema de plantio existente, apoiado na monocultura com o uso de sementes trabalhadas em laboratório, os produtos transgênicos. No Brasil, uma das primeiras regiões que adotaram esse modelo foi o Sudoeste Goiano, que através de incentivos governamentais, principalmente na esfera federal, liberaram o Cerrado para o plantio.

Parafraseando Silva (2009, p.15) se há um silêncio sobre o Cerrado brasileiro, e se alguns estudiosos, jornalistas e militantes da defesa deste bioma chamam-no de o “primo pobre” dos biomas brasileiros é para provocarem o estudo e a pesquisa, para conhecê-lo mais profundamente.

Rio Verde, o objeto de estudos em pauta, reflete uma realidade brasileira: nas gestões das cidades não há um planejamento em vários setores, e, a expansão urbana sem organização, que privilegia cada vez mais o detentor do capital, tem gerado uma série de problemas sociais e ambientais. Por exemplo, a ocupação de lugares indevidos para moradia nas encostas de morros e fundos de vales, devido aos riscos de desmoronamento e deslizamento; em áreas próximas as margens de rios, as APP, com riscos de enchentes, além do que os rios em perímetros urbanos estão sendo canalizados, transformados em calhas de concreto, sendo utilizados para o despejo de esgoto. Esta situação é encontrada em Rio Verde que canalizou o córrego barrinha e nas suas margens construiu uma avenida, denominada Alameda Barrinha.

Rio Verde é uma cidade que foi surgindo naturalmente, sem planejamento, enfrentou nestes primeiros anos do século XXI os problemas advindos dessa expansão, comuns a todos os centros urbanos do país e porque não dizer do mundo. São moradores de rua, andarilhos, usuários de drogas, sejam estas lícitas – álcool – e/ou ilícitas - crack e cocaína. Estas pessoas necessitam urgentemente da ajuda do poder público, sendo portanto, urgente o investimento em saúde e educação, na tentativa de solucionar estes problemas ou pelo menos amenizá-los.

Estes motivos têm favorecido o crescimento da violência, e é muito comum se ter notícias sobre homicídios, assaltos a bancos, a caixas eletrônicos e sequestros relâmpagos. A cidade é uma das mais violentas do Estado de Goiás. Esta é uma situação natural, pois um centro onde circula grande riqueza atrai para si inúmeras pessoas de todos os tipos de comportamentos e intenções. Ao mesmo tempo que atrai pessoas com qualificação que chegam a busca de melhor qualidade de vida, atrai também vadios, prostitutas e pessoas sem qualificação com interesse de melhorar sua condição de vida.

Por isso em Rio Verde, o surgimento do agronegócio trouxe para seu ambiente inúmeras pessoas com qualificação, capacitadas e competentes, destacando-se o período da implantação da cooperativa COMIGO que fez com que este público se ampliasse. Anos mais tarde, com a chegada da Perdigão houve um processo inverso, mesmo tendo chegado ao município pessoas capacitadas, houve um enorme fluxo de pessoas sem qualificação que buscou a cidade gerando grandes problemas, alguns destes citados acima.

Um fato digno de nota na implantação da PERDIGÃO foi a dificuldade de encontrar imóveis para locação, pois poucos eram os imóveis existentes para serem locados (alugados), mesmo com a indústria criando uma vila para os empregados, pois com ela surgiram várias outras empresas para trabalhar em parceria. A cidade não tinha infraestrutura para receber de uma só vez tanta gente.

Nos últimos anos, o governo federal tem dado incentivos contínuos às indústrias automobilísticas baixando o IPI. Isso facilitou a compra de veículos novos, e ao mesmo tempo dificultou muito a mobilidade nos centros urbanos, a ponto de diminuir a cada dia a média da velocidade no deslocamento de veículos. Por mais que se tenha buscado a criação de espaços para estacionamento público através da área azul sempre implantada nas regiões centrais das cidades, tem sido infrutífera esta busca. Não há maneiras de solucionar a questão caótica do trânsito por falta de espaço nas vias da cidade. Esta é uma situação recorrente e insolúvel para a grande maioria dos centros urbanos brasileiros. Achar uma vaga de estacionamento nas áreas centrais está cada dia mais difícil, isso porque a cidade não foi traçada pensando apenas no automóvel.

Esta situação tem gerado outro grave problema encontrado na cidade que é o congestionamento no trânsito. Em Rio Verde não se estaciona na região central, poucos são os estacionamentos espalhados pela cidade. Os projetos aprovados pela gestão municipal parece não exigir as vagas necessárias para os empreendimentos que vão surgindo.

Por ser praticamente plana, Rio Verde não possui cenários interessantes. Em função da predominância da horizontalidade das edificações os poucos edifícios verticais se destacam, quando observados de todos os quadrantes da cidade, e os edifícios verticais novos contem fachadas vedadas com vidro, o que transformam estes espaços em verdadeiras estufas, exigindo alto consumo de energia elétrica. Este comportamento é baseado na importação de projetos que são esteticamente belos, mas que não corretos ser implantados na região que possui um clima quente e seco.

Semelhante à maioria das cidades goianas, são poucas as edificações ricas em valores estéticos na zona central, e poucas as edificações que retratam a história da cidade, um costume do povo brasileiro de dar importância à memória, conservando e restaurando as edificações de valor histórico. O crescimento da cidade tem proporcionado a construção de edifícios verticais que seguem o modelo dos edifícios das cidades grandes, porém não tem sido observado as questões do clima e da insolação, dando preferência à estética, com edifícios abusando das fachadas em vidro como podemos constatar na figura 3, p. 34 desta pesquisa.

O ritmo de crescimento alcançado por Rio Verde nesses últimos quarenta anos, é definitivo, não tem mais volta, a seguinte forma de crescimento irá continuar ocorrendo nos próximos anos, isto é fato, é nítido o grande número de investimentos injetados no município, principalmente na parte urbana da cidade, com a construção de shopping - centers e hotéis, melhorando as condições de acolhimento dos investidores usuários da cidade, e os incentivos do poder público para a instalação de novas empresas, com a garantia que não faltará sequer energia elétrica para estas futuras instalações, continuarão favorecendo a chegada de novos empreendimentos. Há que se considerar o problema dos dejetos de suínos que é altamente poluente com criação de usinas para transformar esta matéria - prima em energia.

Quando foi decidido Rio Verde como objeto de estudo, a indagação era se a cidade tinha crescido ou se desenvolvido, é obvio que houve um crescimento enorme principalmente com chegada e a consolidação do agronegócio. Restava perceber se o município havia se desenvolvido. Houve sim um grande desenvolvimento na cidade, o que melhorou a auto - estima do cidadão rio-verdense, um espírito de orgulho por ser um cidadão participante deste momento rico de oportunidades e trabalho. Porém poderia ser ainda melhor, com a cidade oferecendo espaços públicos de lazer, principalmente utilizando os poucos espaços vazios existentes criando equipamentos para combater o estresse do dia-a-dia que possam atender a sua população, deixando pelo menos uma vez, de favorecer a especulação imobiliária. Nos demais itens sobre moradia e trabalho a cidade revela sua importância e sua força.

A conclusão a que se chega é que a cidade é o reflexo dos moradores, usuários e gestores, com seu trabalho, seu envolvimento sócio-cultural, deixando à mostra sua principal característica: um ser em evolução, onde tudo está em constante mudança na busca de se aperfeiçoar.

Os problemas surgidos em decorrência da grande expansão urbana, citados nesta pesquisa nos levam a indagar como estará a cidade nos próximos trinta anos? Lembrando que somente na última década a cidade duplicou a sua população, com quantas pessoas estará Rio Verde em 2050? Há que se considerar que se a cidade mantiver este mesmo ritmo de crescimento dentro deste período alcançará 400 mil habitantes. Os problemas citados se ampliarão se não forem trabalhados, e surgirão outros problemas se não houver um planejamento com vistas ao futuro em médio e longo prazo.

Com a produção desta dissertação, o acadêmico espera contribuir com futuros pesquisadores, pois resta-lhe a certeza do progresso contínuo dessa cidade. E numa projeção positiva, espera que Rio Verde daqui a 30 anos por certo atraíra outros olhares e interesses.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Ronan Eustáquio. *Agroindústrias nas terras goianas do século XXI: análise dos fatores locacionais*. Universidade Federal de Goiás – IESA. ronanborges@iesa.ufg.br. Acessado em 22 de novembro de 2013 às 17:30hs.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE. In: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 25 de março de 2013.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CAMPOS, Onaldo. *Rio Verde histórico*. São Paulo: Gráfica e Editora Edigraf S.A, 1971.
- CARLOS, Ana Fani A. *A cidade e a organização do espaço*. Revista do departamento de Geografia, São Paulo : USP. Volume 1, 1982. Disponível em <http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/299/279>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.
- CASTELLS, Manuel, *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1983.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3ª. Edição. São Paulo: editora Ática, 1995.
- _____. *Trajatórias geográficas*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.
- CUNHA NETO, Oscar. *RIO VERDE: Apontamentos para a sua história*. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.
- ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação – 2ª. Edição*. Goiânia: Editora UCG, 2004.
- FILHO, Nestor Goulart Reis. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1965.
- _____. Notas sobre o urbanismo no Brasil. In: FILHO, Nestor Goulart Reis. *Caderno de pesquisa do LAP*, nº8. - 1ª. Parte: período colonial. São Paulo: Editora da USP, 1994.

_____. Notas sobre o urbanismo no Brasil. In: FILHO, Nestor Goulart Reis. *Caderno de pesquisa do LAP*, nº9. – 2ª. Parte: séculos XIX e XX. São Paulo: Editora da USP, 1995.

_____. A urbanização e o urbanismo na região das Minas. In: FILHO, Nestor Goulart Reis. *Caderno de pesquisa do LAP*, nº 30. 1999. São Paulo: editora da USP. 1999.

HARVEY, David. *Codição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural – 10ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LACAZE, Jean-Paul. *A cidade e o urbanismo*. Lisboa: Instituto Piaget/BBCC, 1995.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade* – 5ª. Edição. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 2010.

LEAL, Oscar. *Viagem às Terras Goyanas – Brazil Central*. (Coleção Documentos Goianos). Goiânia: Editora da UFG, 1980.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1997.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE RIO VERDE. Publicado em 05 de abril de 1990.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990 (coleção Documentos Goianos, 18).

MARICATO, Hermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. *Nossas cidades estão ficando inviáveis*. São Paulo: Entrevista à Revista desafios e Desenvolvimento - IPEA, publicado em 13/08/2012.

_____. *Planejamento urbano é fetiche que encobre um grande negócio*. São Paulo: Entrevista à Revista Viomundo, publicado em 09/09/2012.

_____. *Urbanista condena sustentabilidade nas cidades ao controle do Uso do solo*. São Paulo: Entrevista à Revista Carta maior, publicado em 03/09/2012.

MARICATO, Hermínia. MORAES, Lúcia Maria. *O mentirão, ou melhor, o mutirão de Goiás*. Lua Nova vol.3 no. 2 São Paulo Dec. 1986. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000300013>. Acesso em 12/09/2013.

MAROELLI, Rodrigo Pedrosa. *O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro*. Monografia. Brasília ISEA-FGV/ECOBUSINESS SCHOOL, 2003.

MARTINS, Deniza Geny Silva Machado. *A reconstrução histórica da Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV): 1968-2004*. Dissertação de Mestrado: UFG, Goiânia, 2004.

MORAES, Sérgio de. *O empreendedor imobiliário e o Estado; o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB. 1991.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia, metrópole não planejada*. Goiânia: Editora UCG, 2004.

_____. *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Editora UCG, 2005.

PAIVA, Roberto Duarte de. *Entropia Territorial, Novos Pólos de Desenvolvimento Regional e Desgaste Energético: O caso de Rio Verde*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB. 2011.

PASSOS, Haihani silva. *Zoneamento urbano de Rio Verde: Uma proposta para ordenamento do uso do solo*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Faculdade Alves Faria. Goiânia, 2010.

RAMOS, Divino. O fenômeno da migração. *Revista Espaço* – Edição de nº. 04, Rio Verde, 2013.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. *Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí – GO*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2003.

RIO VERDE EM DADOS. Realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – CEPES/FESURV.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira – 3ª. Edição*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996.

_____. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Pobreza urbana*. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. *O Cerrado em disputa- apropriação global e resistências locais*. Brasília, Editora CREA/CONFEA, Edição: Pensar o Brasil, construir o futuro da nação, 2009.

SILVA, Colemar Natal e. *Histórias de Goiás*, 1º volume. Goiânia, Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, Instituto Goiano do Livro, 2002.

TIBALLI, Eliana Figueiredo Arantes. *A expansão do povoamento de Goiás: Século XIX*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura - 2ª. Edição*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

ANEXO 1

Em 05 de agosto de 1848, através da Lei Provincial, o Povoado foi elevado à categoria de Distrito (Freguesia) de Rio Verde, conforme a transcrição a seguir:

Resolução n° 2 de 05 de agosto de 1848

Antônio de Pádua Fleury, vice Presidente da Província de Goyaz: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Resolveo, e eu Sancionei a Resolução seguinte:

Artigo único. O Governo da Província fica desde já authorisado a despender até a quantia de seiscentos mil réis com hum cidadão, que se encarregue de percorrer a Campanha do Rio Verde até a povoação dos Garcias; devendo organizar o mappa topográfico d'aquelle território, e o cadastro de sua população e o mais, que o Governo julgar conveniente.

Mando por tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente, como n'ella se contem. O secretário do Governo da Província a faça imprimir, publicar, e correr.

Palácio do Governo da Província de Goyaz aos cinco dias do mez de agosto de mil oitocentos e quarenta e oito, vigésimo sétimo da Independência, e do império.

Antonio de Padua Fleury

L.S.

Para V. Ex. Vêr

Bento José Pereira a fez

Foi publicada nesta Secretaria do Governo aos 5 de agosto de 1848.

O Conego Feliciano José Leal.

Registrada no livro 1° de Leis a fl.

Aurelio Caetano da Silveira Pinto

Elevação do Povoado a Distrito (Freguesia)

Resolução n°6 de 5 de agosto de 1848

Antonio de Pádua Fleury, Vice Presidente da Provincia de Goyaz:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa legislativa

Provincial resolvêo, e eu Sancionei a Resolução seguinte

Art. 1° - A Capella de Senhora das Dores erecta no Districto do Rio Verde e filial à Matriz de São Francisco d'Assis dos Anicuns fica elevada à Freguezia de natureza collativa, conservando a mesma denominação:

Art. 2° - O Parocho desta Freguezia perceberá a cõngrua anual igual a dos mais parochos da Provincia.

Art. 3° - Servirá desta Freguezia o rio verde além do Turvo desde as suas primeiras vertentes até a sua fôz no rio dos Bois, e por este abaixo até confluir no Paranaíba, e por este até sua fôz no rio Grande, ou Paraná, e por este abaixo até a sua confluência no rio Pardo, e por este acima até as suas primeiras vertentes no Espigão Mestre, e dahi por huma linha recta até as primeiras vertentes do rio Grande, cabeceira do Araguaia, que serve de divisão com a Provincia de Mato Grosso.

Art. 4° - Não será provida de Parocho a nova Freguezia da Senhora das Dores , sem que primeiro os seus habitantes prontifiquem a Matriz, e a aparamentem com todos os objetos necessários para a decente celebração de Officios Divinos, e administração de Sacramentos.

Art. 5° - Ficão revogadas todas as disposições em contrario. Mando por tanto à todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução desta resolução, pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente, como n'ella se contem. O Secretario do Governo da Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Pálacio do

Governo da Provincia de Goyaz aos cinco dias do mês d'Agosto de mil oitocentos e quarenta e oito, Vigesimo sétimo da Independencia, e do Imperio.

Antonio de Padua Fleury

Para V. Ex. Vêr

Bento José Pereira a fez

Foi publicada nesta secretaria do Governo aos 5 de Agosto de 1848.

O Conego Feliciano José Leal

Registrada no Livro 1° de Leis as fl.

Aurélio Caetano da Silveira Pinto

ANEXO 2

Em 1882, no dia 31 de julho, Rio Verde foi elevada a categoria de cidade através da lei Provincial n°670.

Lei Provincial n°670, de 31 de julho de 1882
Eleva à categoria de cidade a villa do Rio Verde.

Doutor Cornélio Pereira de Magalhães, presidente da província de Goyaz:
Faço saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. Único- A Villa do Rio Verde fica elevada à categoria de cidade, conservando os mesmos limites e observadas as disposições contidas na resolução n°517 de 7 de julho de 1874.

Revogão-se as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario desta província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio da presidência de Goyaz aos trinta e um de julho de mil oitocentos e oitenta e dous, sexagésimo primeiro da independência e do Imperio.

L.S.

Cornelio Pereira de Magalhães.

Selada e publicada nesta secretaria da presidência da província de Goyaz aos dous de agosto de 1882. O Secretario, Joaquim Fernandes de Carvalho.